

Boletim Epidemiológico

Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde

Número Especial | Out. 2019

Sífilis | 2019

Boletim Epidemiológico

Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde
Número Especial | Out. 2019

Sífilis | 2019

Boletim Epidemiológico Especial

Secretaria de Vigilância em Saúde
Ministério da Saúde

Número Especial | Out. 2019

ISSN 2358-9450

©1969. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Boletim Epidemiológico de Sífilis

Ano V – nº 01

Tiragem: 1000

Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções
Sexualmente Transmissíveis – DCCI
SRTVN, Quadra 701, lote D, Edifício PO700, 5º andar
CEP: 70719-040 – Brasília/DF

Disque Saúde – 136

e-mail: aids@aids.gov.br

site: www.aids.gov.br

Organização e colaboração

Gerson Fernando Mendes Pereira
Angélica Espinosa Barbosa Miranda
Alessandro Ricardo Caruso da Cunha
Flavia Kelli Alvarenga Pinto
Rachel Abrahão Ribeiro
Ronaldo de Almeida Coelho

Revisão ortográfica

Angela Gasperin Martinazzo (DCCI/SVS)

Projeto gráfico/Diagramação

Fred Lobo, Sabrina Lopes (GAB/SVS)
Marcos Cleuton de Oliveira (DCCI/SVS)

Editorial

A presente edição do Boletim Epidemiológico de Sífilis, do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde (MS), foi produzida com o propósito de promover a disponibilidade de dados básicos, indicadores e análises sobre as tendências da sífilis no país, visando aperfeiçoar a capacidade de formulação, gestão e avaliação de políticas e ações públicas.

Em essência, o conteúdo do Boletim Epidemiológico busca refletir algumas das principais características da epidemiologia da sífilis no Brasil, nos vinte e seis estados e no Distrito Federal, assim como na agregação por regiões. Apresenta três grandes grupos de informações: casos de sífilis adquirida, casos de sífilis em gestantes e casos de sífilis congênita, notificados até 30 de junho de 2019 no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e transferidos das Secretarias Estaduais de Saúde ao Setor de Produção do Departamento de Informática do SUS (Datasus), do Ministério da Saúde.

O Boletim também apresenta dados de mortalidade perinatal por sífilis congênita, obtidos por meio do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), e inclui uma seção intitulada “Indicadores Epidemiológicos e Operacionais para o Monitoramento da Sífilis”, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento permanente da produção de dados.

Para o DCCI, é essencial expandir e facilitar o acesso às informações. Nesse sentido, para fornecer uma imagem mais completa da atual situação da sífilis em todo o país, os dados deste Boletim também constam do Painel de Indicadores Epidemiológicos dos 5.570 municípios brasileiros, disponível na página www.aids.gov.br/indicadores. Esse painel apresenta a distribuição municipal de 18 indicadores epidemiológicos e operacionais de sífilis, visando melhorar a qualidade e tempestividade das tomadas de decisão realizadas por diferentes instâncias de gestão.

Por fim, espera-se que o presente Boletim auxilie a disseminação de informações, como uma das bases da construção de uma saúde coletiva que se vale das evidências geradas a partir da prática da epidemiologia em serviço.

Lista de figuras

Figura 1 – Taxa de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes), taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita (por 1.000 nascidos vivos), segundo ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2018.....	13
Figura 2 – Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo região. Brasil, 2018.....	14
Figura 3 – Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo UF. Brasil, 2018	15
Figura 4 – Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo capitais. Brasil, 2018.....	15
Figura 5 – Taxa de detecção (por 100.000 habitantes) de sífilis adquirida, segundo região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2018	16
Figura 6 – Taxas de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes) segundo UF e capitais. Brasil, 2018	17
Figura 7 – Taxa de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes) segundo faixa etária. Brasil, 2010-2018	18
Figura 8 – Distribuição proporcional de casos de sífilis adquirida e sífilis em gestante, segundo sexo e razão de sexos por ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2018	19
Figura 9 – Distribuição proporcional de casos de sífilis adquirida segundo raça/cor e ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2018	19
Figura 10 – Distribuição proporcional de casos de sífilis adquirida segundo escolaridade e ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2018	20
Figura 11 – Taxa de detecção de sífilis em gestantes (por 1.000 nascidos vivos) por região e ano de diagnóstico. Brasil, 2008 a 2018.....	21
Figura 12 – Taxas de detecção de sífilis em gestantes (por 1.000 nascidos vivos) segundo UF e capitais. Brasil, 2018	22
Figura 13 – Idade gestacional no momento do diagnóstico de sífilis, segundo região de residência e ano de diagnóstico. Brasil, 2014 a 2018.....	22
Figura 14 – Distribuição proporcional de sífilis em gestantes com tratamento prescrito com penicilina (ao menos uma dose) e prescrito conforme classificação clínica, segundo UF. Brasil, 2018	23
Figura 15 – Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade (por 1.000 nascidos vivos) por região de residência e ano de diagnóstico. Brasil, 2008 a 2018	24
Figura 16 – Taxas de incidência de sífilis congênita (por 1.000 nascidos vivos) segundo UF e capital. Brasil, 2018.....	25
Figura 17 – Distribuição proporcional de casos de sífilis congênita por tipo de desfecho desfavorável segundo ano de diagnóstico. Brasil, 2008 a 2018.....	26
Figura 18 – Coeficiente de mortalidade infantil por sífilis congênita (por 100.000 nascidos vivos) segundo região de residência. Brasil, 2008 a 2018.....	27
Figura 19 – Coeficiente de mortalidade infantil por sífilis congênita (por 100.000 nascidos vivos) segundo UF residência. Brasil, 2018	28

Lista de tabelas

Tabela 1 – Nascidos vivos em 2017, casos e taxas de sífilis adquirida, sífilis em gestantes e sífilis congênita e óbitos por sífilis congênita, segundo região, Unidade da Federação e Brasil, 2018	12
Tabela 2 – Casos e taxa de detecção (por 100.000 habitantes) de sífilis adquirida segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2019	29
Tabela 3 – Casos de sífilis adquirida segundo sexo, faixa etária, escolaridade e raça por ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2019	30
Tabela 4 – Casos e taxa de detecção (por 1.000 nascidos vivos) de gestantes com sífilis segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2005-2019	31
Tabela 5 – Casos de gestantes com sífilis segundo idade gestacional, faixa etária, escolaridade e raça por ano de diagnóstico. Brasil, 2005-2019	32
Tabela 6 – Casos de gestantes com sífilis segundo UF de residência, esquema de tratamento prescrito e ano de diagnóstico. Brasil, 2016 a 2018.....	33
Tabela 7 – Casos de gestantes com sífilis segundo classificação clínica e ano de diagnóstico. Brasil, 2007 a 2019	34
Tabela 8 – Casos notificados de sífilis congênita em menores de um ano de idade (número e taxa de incidência por 1.000 nascidos vivos), segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2019	35
Tabela 9 – Casos notificados de sífilis congênita (número e percentual), segundo características dos casos por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2019	36
Tabela 10 – Casos notificados de sífilis congênita (número e percentual), segundo variáveis selecionadas por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2019	37
Tabela 11 – Óbitos por sífilis congênita em menores de 1 ano (número e coeficiente por 100.000 nascidos vivos), segundo UF e região de residência por ano. Brasil, 1998-2018	38

Sumário

Introdução	9
Situação epidemiológica da sífilis no Brasil	10
Sífilis adquirida	16
Sífilis em gestantes	20
Sífilis congênita	24
Tabelas	29
Apêndice – Indicadores epidemiológicos e operacionais para o monitoramento da sífilis	39
Anexo – Nota Informativa nº 2, de 19 de setembro de 2017	40

Introdução

As infecções sexualmente transmissíveis (IST) são consideradas um problema de saúde pública e estão entre as patologias transmissíveis mais comuns, afetando a saúde e a vida das pessoas em todo o mundo. As IST têm um impacto direto sobre a saúde reprodutiva e infantil, porquanto acarretam infertilidade e complicações na gravidez e no parto, além de causar morte fetal e agravos à saúde da criança. Elas também têm um impacto indireto na facilitação da transmissão sexual do vírus da imunodeficiência humana (HIV).

Em maio de 2016, a Assembleia Mundial de Saúde adotou a estratégia 2016–2021 do setor global de saúde para as IST¹. Essa estratégia inclui a expansão de intervenções e serviços baseados em evidências para controlar as IST e diminuir seu impacto como problema de saúde pública até 2030. A estratégia definiu metas para a redução na incidência de gonorreia e sífilis em adultos e recomendou a realização de levantamento de incidências globais de IST até 2018.

Com base nos dados de prevalência de 2009 a 2016, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estimou o total de casos incidentes de IST curáveis em 376,4 milhões, entre os quais 127,2 milhões (95% IC: 95,1-165,9 milhões) de casos de clamídia, 86,9 milhões (95% IC: 58,6-123,4 milhões) de casos de gonorreia, 156,0 milhões (95% IC: 103,4-231,2 milhões) de casos de tricomoníase e 6,3 milhões (95% IC: 5,5-7,1 milhões) de casos de sífilis. A prevalência global estimada de sífilis, em homens e mulheres, foi de 0,5% (95% IC: 0,4-0,6), com valores regionais variando de 0,1 a 1,6%².

Ainda segundo a OMS, a situação da sífilis no Brasil não é diferente da de outros países. Os números de casos


da infecção são preocupantes e a infecção precisa ser controlada. Neste novo Boletim Epidemiológico, pode-se observar que a sífilis adquirida, agravo de notificação compulsória desde 2010, teve sua taxa de detecção aumentada de 59,1 casos por 100.000 habitantes, em 2017, para 75,8 casos por 100.000 habitantes, em 2018. Também em 2018, a taxa de detecção de sífilis em gestantes foi de 21,4/1.000 nascidos vivos, a taxa de incidência de sífilis congênita foi de 9,0/1.000 nascidos vivos e taxa de mortalidade por sífilis congênita foi de 8,2/100.000 nascidos vivos. Entretanto, apesar do aumento de casos notificados, nenhuma Unidade da Federação (UF) apresentou taxa de incidência de sífilis congênita mais elevada que a taxa de detecção de sífilis em gestantes, o que pode refletir a melhora da notificação dos casos de sífilis em gestantes no país.

O Ministério da Saúde vem executando diversas estratégias de abrangência nacional para o controle da sífilis no país, entre as quais: compra centralizada e distribuição de insumos de diagnóstico e tratamento (testes rápidos, penicilina benzatina e cristalina); desenvolvimento de instrumentos de disseminação de informação estratégica aos gestores, auxiliando a tomada de decisão; instrumentalização de salas de situação em todos os estados e no Distrito Federal; realização de Campanha Nacional de Prevenção; e desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para o enfrentamento da sífilis no SUS.


Conforme citado no Editorial, o presente Boletim traz dados de sífilis adquirida, sífilis em gestantes e sífilis congênita e sua ampla divulgação subsidia a tomada de decisões e a programação das ações em saúde.

1 World Health Organization. Global health sector strategy on sexually transmitted infections, 2016-2021: Towards ending STIs. Report No.: WHO/RHR/16.09. Geneva: WHO; jun. 2016. Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/rtis/ghss-stis/en/>. Acesso em: 1 out. 2019.

2 Rowley J, Vander Hoorn S, Korenromp E, et al. Chlamydia, gonorrhoea, trichomoniasis and syphilis: global prevalence and incidence estimates, 2 2016. Bull World Health Organ. 2019; 97(8): 548-562P. Disponível em: <https://www.who.int/bulletin/volumes/97/8/18-228486/en/>. Acesso em: 1 out. 2019.



Situação epidemiológica da sífilis no Brasil



A notificação compulsória de sífilis congênita em todo o território nacional foi instituída por meio da Portaria nº 542, de 22 de dezembro de 1986; a de sífilis em gestantes, mediante a Portaria nº 33, de 14 de julho de 2005; e, por último, a de sífilis adquirida, por intermédio da Portaria nº 2.472, de 31 de agosto de 2010. Atualmente, a portaria vigente que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional e dá outras providências é a Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017³.

A Tabela 1, reproduzida a seguir, apresenta os seguintes dados: 1) número de casos e distribuição proporcional de nascidos vivos em 2017 no Brasil, regiões e UF; 2) número de casos, distribuição proporcional e taxa de

detecção de sífilis adquirida em 2018 no Brasil, regiões e UF; 3) número de casos, distribuição proporcional e taxa de detecção de sífilis em gestantes em 2018 no Brasil, regiões e UF; 4) número de casos, distribuição proporcional e taxa de incidência de sífilis congênita em 2018 no Brasil, regiões e UF; e 5) número de casos, distribuição proporcional e taxa de mortalidade por sífilis congênita em 2018 no Brasil, regiões e UF.

Em 2018, foram notificados no Sinan 158.051 casos de sífilis adquirida (taxa de detecção de 75,8 casos/100.000 habitantes); 62.599 casos de sífilis em gestantes (taxa de detecção de 21,4/1.000 nascidos vivos); 26.219 casos de sífilis congênita (taxa de incidência de 9,0/1.000 nascidos vivos); e 241 óbitos por sífilis congênita (taxa de mortalidade de 8,2/100.000 nascidos vivos).

³ Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0004_03_10_2017.html. Acesso em: 1 out. 2019.

TABELA 1 - Nascidos vivos em 2017, casos e taxas de sífilis adquirida, sífilis em gestantes e sífilis congênita e óbitos por sífilis congênita, segundo região, Unidade da Federação e Brasil, 2018

UF/Região	Nascidos vivos 2017				Sífilis adquirida 2018				Sífilis em gestantes 2018				Sífilis congênita 2018				Óbitos por sífilis congênita 2018					
	nº	%	nº	%	taxa ⁽¹⁾	%	nº	%	taxa ⁽²⁾	%	nº	%	taxa ⁽³⁾	%	nº	%	taxa ⁽⁴⁾	%	nº	%	taxa ⁽⁴⁾	%
Brasil	2.923.535	100,0	158.051	100,0	75,8	100,0	62.599	100,0	21,4	100,0	26.219	100,0	9,0	100,0	241	100,0	8,2	100,0	241	100,0	8,2	100,0
Norte	312.682	10,7	9.890	6,3	54,4	9,1	5.675	9,1	18,1	8,4	2.213	8,4	7,1	11,2	27	11,2	8,6	11,2	27	11,2	8,6	11,2
Roraima	11.737	0,4	642	0,4	111,3	0,3	194	0,3	16,5	0,2	58	0,2	4,9	0,4	1	0,4	8,5	0,4	1	0,4	8,5	0,4
Pará	138.684	4,7	2.625	1,7	30,8	3,3	2.039	3,3	14,7	3,0	790	3,0	5,7	5,4	13	5,4	9,4	5,4	13	5,4	9,4	5,4
Amapá	15.399	0,5	420	0,3	50,6	0,4	273	0,4	17,7	0,4	92	0,4	6,0	0,4	1	0,4	6,5	0,4	1	0,4	6,5	0,4
Tocantins	24.935	0,9	1.292	0,8	83,1	1,0	625	1,0	25,1	1,1	282	1,1	11,3	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	817.311	28,0	26.644	16,9	46,9	23,5	14.705	23,5	18,0	30,0	7.877	30,0	9,6	32,0	77	32,0	9,4	32,0	77	32,0	9,4	32,0
Maranhão	112.985	3,9	1.779	1,1	25,3	3,0	1.878	3,0	16,6	3,2	842	3,2	7,5	2,5	6	2,5	5,3	2,5	6	2,5	5,3	2,5
Piauí	48.551	1,7	825	0,5	25,3	1,2	730	1,2	15,0	1,9	498	1,9	10,3	1,2	3	1,2	6,2	1,2	3	1,2	6,2	1,2
Ceará	127.797	4,4	2.712	1,7	29,9	3,4	2.149	3,4	16,8	5,1	1.350	5,1	10,6	3,3	8	3,3	6,3	3,3	8	3,3	6,3	3,3
Rio Grande do Norte	46.222	1,6	1.713	1,1	49,2	1,3	794	1,3	17,2	2,2	579	2,2	12,5	2,1	5	2,1	10,8	2,1	5	2,1	10,8	2,1
Paraíba	57.493	2,0	1.564	1,0	39,1	1,1	691	1,1	12,0	1,5	383	1,5	6,7	1,7	4	1,7	7,0	1,7	4	1,7	7,0	1,7
Pernambuco	135.932	4,6	7.556	4,8	79,6	4,8	3.002	4,8	22,1	7,4	1.941	7,4	14,3	12,4	30	12,4	22,1	12,4	30	12,4	22,1	12,4
Alagoas	50.368	1,7	535	0,3	16,1	1,5	950	1,5	18,9	1,7	440	1,7	8,7	2,1	5	2,1	9,9	2,1	5	2,1	9,9	2,1
Sergipe	33.867	1,2	797	0,5	35,0	1,0	645	1,0	19,0	1,2	327	1,2	9,7	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
Bahia	204.096	7,0	9.163	5,8	61,9	6,2	3.866	6,2	18,9	5,8	1.517	5,8	7,4	6,6	16	6,6	7,8	6,6	16	6,6	7,8	6,6
Sudeste	1.151.832	39,4	71.842	45,5	81,9	44,9	28.103	44,9	24,4	42,5	11.134	42,5	9,7	41,9	101	41,9	8,8	41,9	101	41,9	8,8	41,9
Minas Gerais	260.959	8,9	14.364	9,1	68,3	7,7	4.851	7,7	18,6	9,3	2.436	9,3	9,3	7,1	17	7,1	6,5	7,1	17	7,1	6,5	6,5
Espírito Santo	55.846	1,9	4.534	2,9	114,1	1,786	1.786	2,9	32,0	2,1	560	2,1	10,0	2,1	5	2,1	9,0	2,1	5	2,1	9,0	2,1
Rio de Janeiro	223.224	7,6	15.537	9,8	90,5	9,234	9,234	14,8	41,4	15,9	4.171	15,9	18,7	21,6	52	21,6	23,3	21,6	52	21,6	23,3	21,6
São Paulo	611.803	20,9	37.407	23,7	82,1	12,232	12,232	19,5	20,0	39,67	15,1	39,67	15,1	6,5	27	11,2	4,4	11,2	27	11,2	4,4	4,4
Sul	397.604	13,6	36.808	23,3	123,7	14,6	9.153	14,6	23,0	13,4	3.524	13,4	8,9	8,7	21	8,7	5,3	8,7	21	8,7	5,3	5,3
Paraná	157.701	5,4	9.928	6,3	87,5	2,836	2,836	4,5	18,0	3,3	871	3,3	5,5	2,5	6	2,5	3,8	2,5	6	2,5	3,8	3,8
Santa Catarina	98.335	3,4	11.611	7,3	164,1	2,268	2,268	3,6	23,1	2,6	685	2,6	7,0	0,8	2	0,8	2,0	0,8	2	0,8	2,0	2,0
Rio Grande do Sul	141.568	4,8	15.269	9,7	134,8	4,049	4,049	6,5	28,6	7,5	1.968	7,5	13,9	5,4	13	5,4	9,2	5,4	13	5,4	9,2	9,2
Centro-Oeste	244.106	8,3	12.855	8,1	79,9	7,9	4.953	7,9	20,3	5,6	1.469	5,6	6,0	6,2	15	6,2	6,1	6,2	15	6,2	6,1	6,1
Mato Grosso do Sul	44.747	1,5	4.478	2,8	163,0	1,621	1,621	2,6	36,2	1,3	335	1,3	7,5	1,2	3	1,2	6,7	1,2	3	1,2	6,7	6,7
Mato Grosso	57.271	2,0	1.741	1,1	50,6	782	782	1,2	13,7	0,8	204	0,8	3,6	2,1	5	2,1	8,7	2,1	5	2,1	8,7	8,7
Goiás	97.520	3,3	4.828	3,1	69,8	2.008	2.008	3,2	20,6	2,1	543	2,1	5,6	2,1	5	2,1	5,1	2,1	5	2,1	5,1	5,1
Distrito Federal	44.568	1,5	1.808	1,1	60,8	542	542	0,9	12,2	1,5	387	1,5	8,7	0,8	2	0,8	4,5	0,8	2	0,8	4,5	4,5

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação, atualizado em 30/06/2019, e MS/SVS/Sistema de Informação sobre Mortalidade.

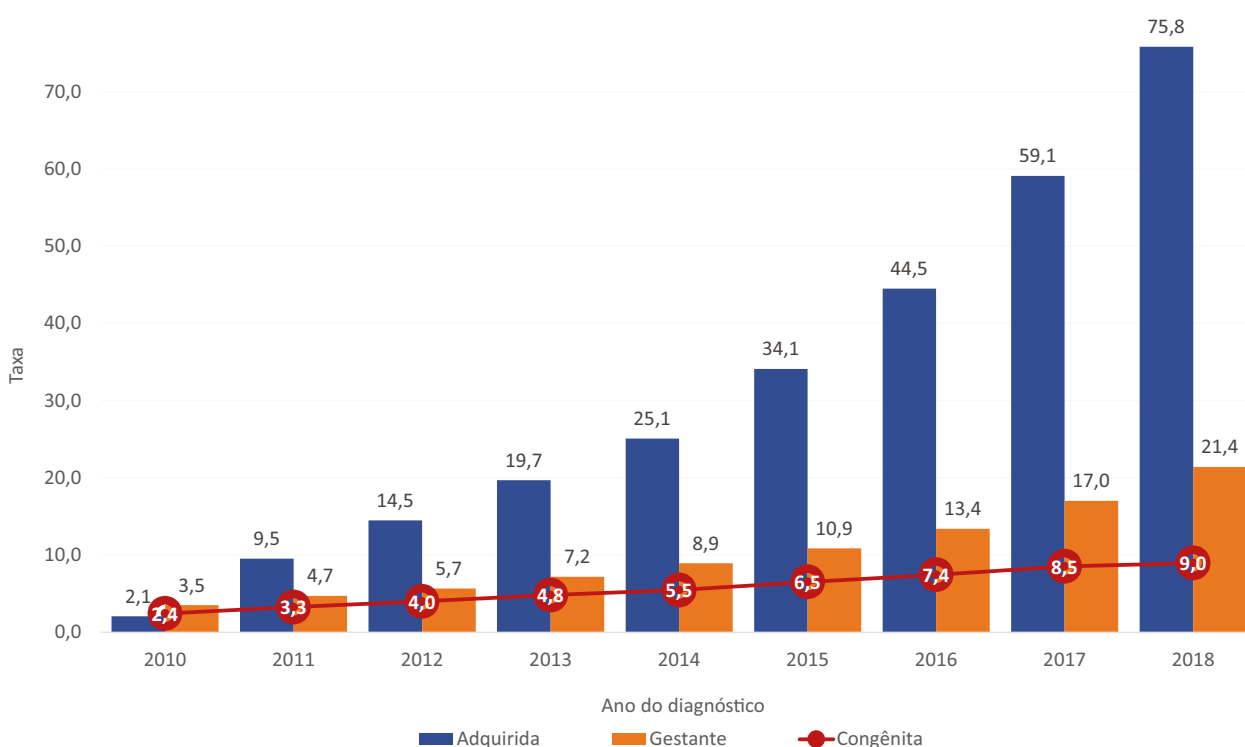
Notas: (1) Taxa de detecção de sífilis em gestantes por 100.000 habitantes. (2) Taxa de detecção de sífilis em gestantes por 100.000 nascidos vivos. (3) Taxa de incidência de sífilis congênita por 100.000 nascidos vivos. (4) Óbitos por 100.000 nascidos vivos.

Na Figura 1, observa-se a evolução das taxas de sífilis de 2010 a 2018. Nesse período, verifica-se que a taxa de incidência de sífilis congênita aumentou 3,8 vezes, passando de 2,4 para 9,0 casos por mil nascidos vivos, e a taxa de detecção de sífilis em gestantes aumentou 6,1 vezes, passando de 3,5 para 21,4 casos por mil nascidos vivos.

A sífilis adquirida, agravo de notificação compulsória desde 2010, teve sua taxa de detecção aumentada de 34,1 casos por 100.000 habitantes em 2015 para 75,8 casos por 100.000 habitantes em 2018.

Em 2018, em comparação com o ano de 2017, observou-se aumento 25,7% na taxa de detecção em gestantes e de 5,2% na incidência de sífilis congênita. Em parte, o aumento observado na detecção de sífilis em gestantes pode ser atribuído à mudança no critério de definição de casos para fins de vigilância, que o tornou mais sensível, enquanto o aumento menos acentuado de sífilis congênita pode ser atribuído ao novo critério mais específico.

Houve também aumento de 28,3% na detecção de sífilis adquirida, que passou de 59,1 para 75,8 casos/100.000 habitantes.

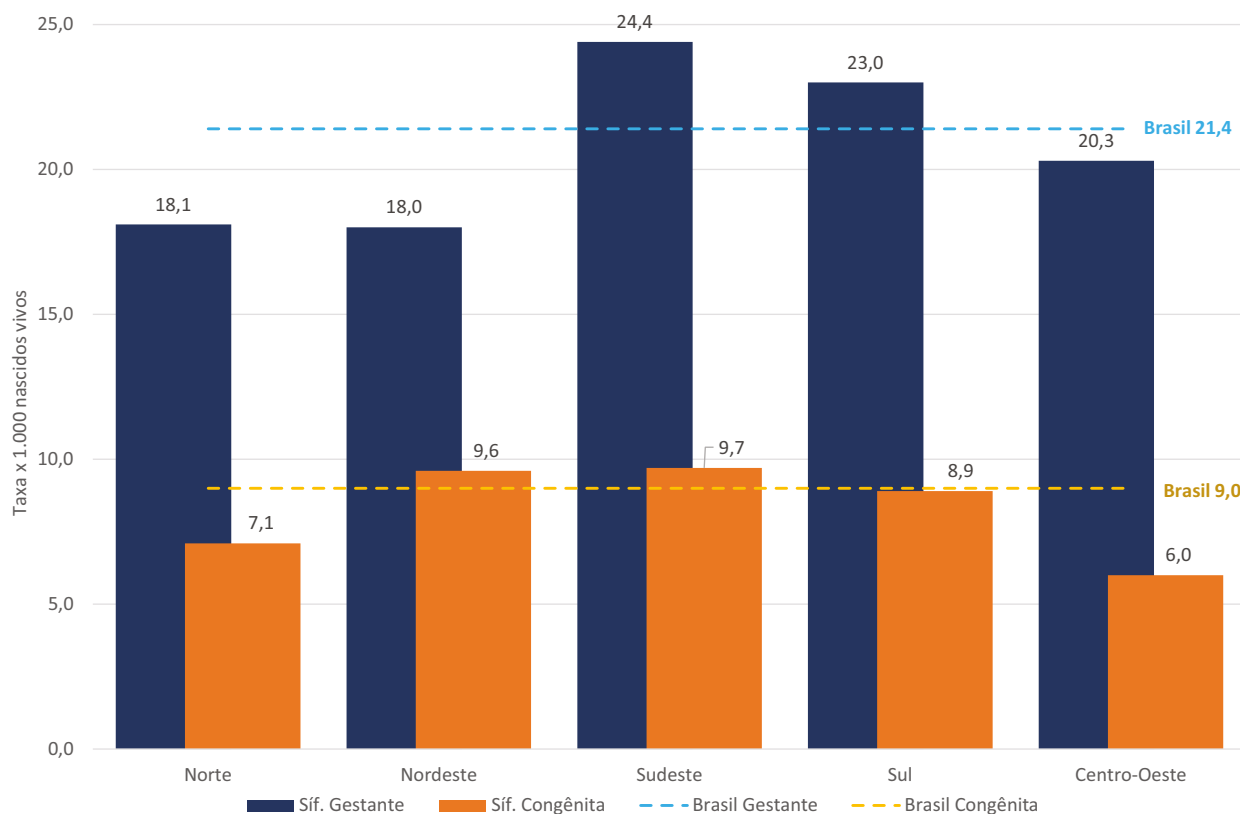


Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

FIGURA 1 Taxa de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes), taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita (por 1.000 nascidos vivos), segundo ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2018

Na Figura 2, observam-se as taxas de detecção de sífilis em gestantes e de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo região e taxas do país. Em relação à sífilis em gestantes, observa-se que o Sudeste

e o Sul apresentam taxas de detecção superiores à do Brasil. Quanto à sífilis congênita, as regiões com taxas maiores que a nacional são o Nordeste e o Sudeste (Figura 2, Tabelas 4 e 8).



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

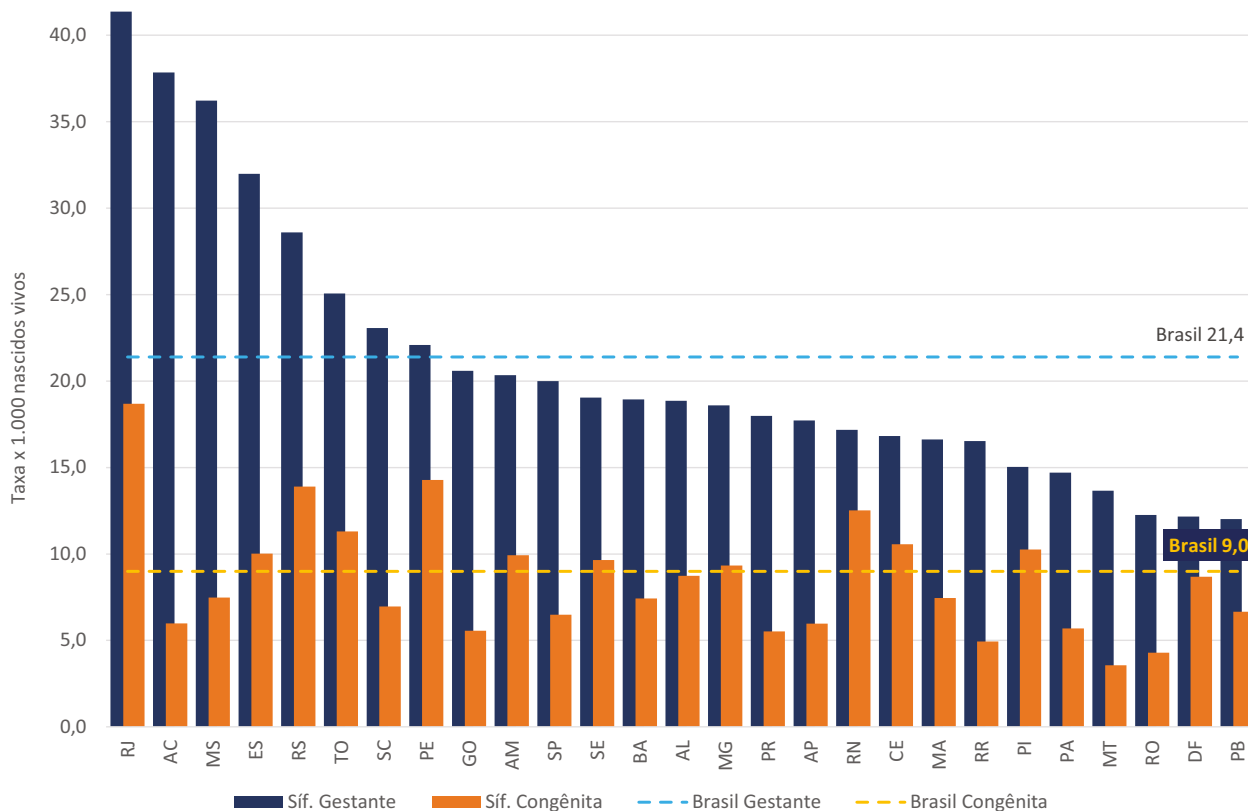
FIGURA 2 Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo região. BRASIL, 2018

Na Figura 3, observam-se as taxas de detecção de sífilis em gestantes e de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo UF e taxas do país. Em relação à sífilis em gestantes, observa-se que os estados do Rio de Janeiro, Acre, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Tocantins, Santa Catarina e Pernambuco apresentam taxas de detecção superiores à do Brasil. Quanto à sífilis congênita, os estados com taxas maiores que a média nacional são Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Tocantins, Pernambuco, Amazonas, Sergipe, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí (Figura 3, Tabelas 4 e 8).

Verifica-se também que nenhuma UF apresenta taxa de incidência de sífilis congênita mais elevada que a taxa de detecção de sífilis em gestantes (Figura 3, Tabelas 6 e 8). Em 2016, havia cinco estados e em 2017 dois estados com taxas de incidência de sífilis congênita maiores que as taxas de detecção de sífilis em gestantes.

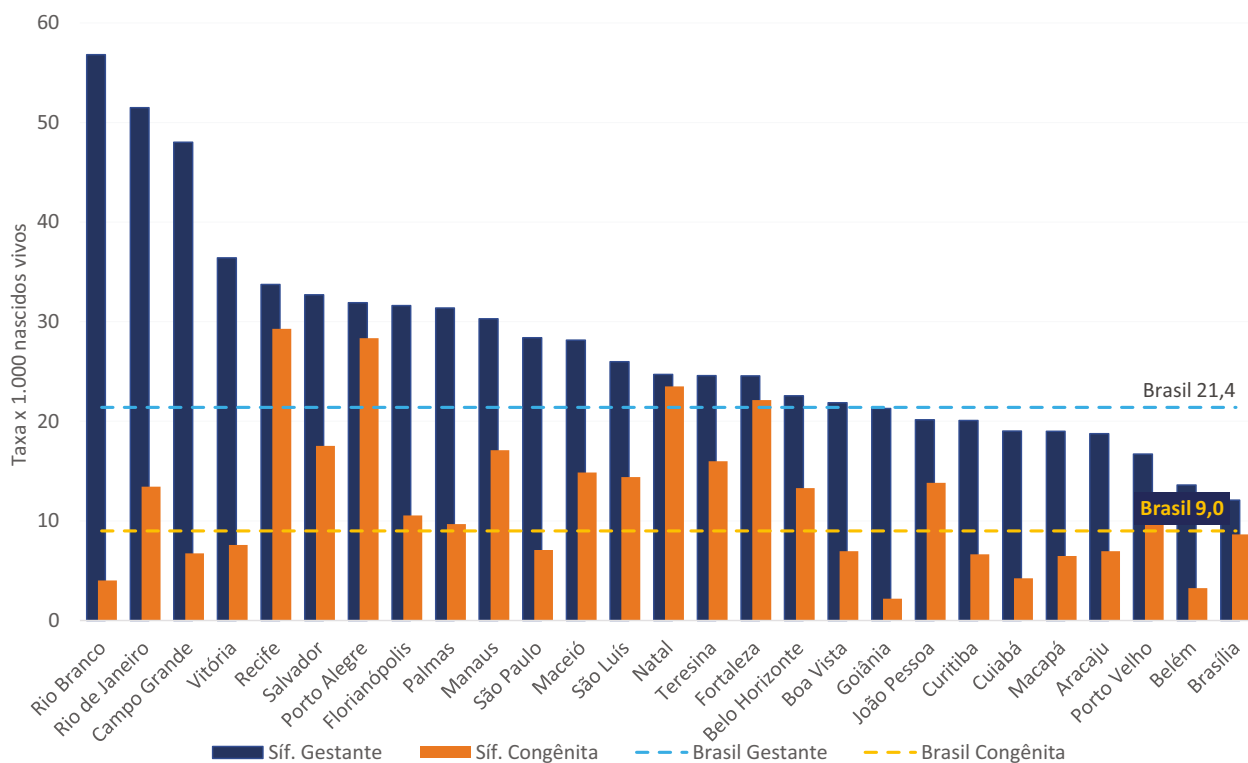
A Figura 4 apresenta as taxas de detecção de sífilis em gestantes e de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo capital, e as taxas do país. Também se nota que nenhuma capital apresentou, em 2018, taxa de incidência de sífilis congênita mais elevada que a taxa de detecção de sífilis em gestantes (Figura 4). Em 2017, Recife, Natal, Fortaleza, João Pessoa, Porto Alegre, Teresina, Maceió e Aracaju mostravam taxas de sífilis congênita maiores que as de sífilis em gestantes.

Em relação à sífilis congênita, observa-se que Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Porto Alegre, Florianópolis, Palmas, Manaus, Maceió, São Luís, Natal, Teresina, Fortaleza, Belo Horizonte, João Pessoa e Porto Velho apresentaram taxas de incidência superiores à do Brasil (Figura 4).



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

FIGURA 3 Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo UF. Brasil, 2018



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

FIGURA 4 Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo capitais. Brasil, 2018

No Brasil, a população mais afetada pela sífilis são as mulheres, principalmente as negras e jovens, na faixa etária de 20 a 29 anos. Somente esse grupo representou 13,8% de todos os casos de sífilis adquirida e em

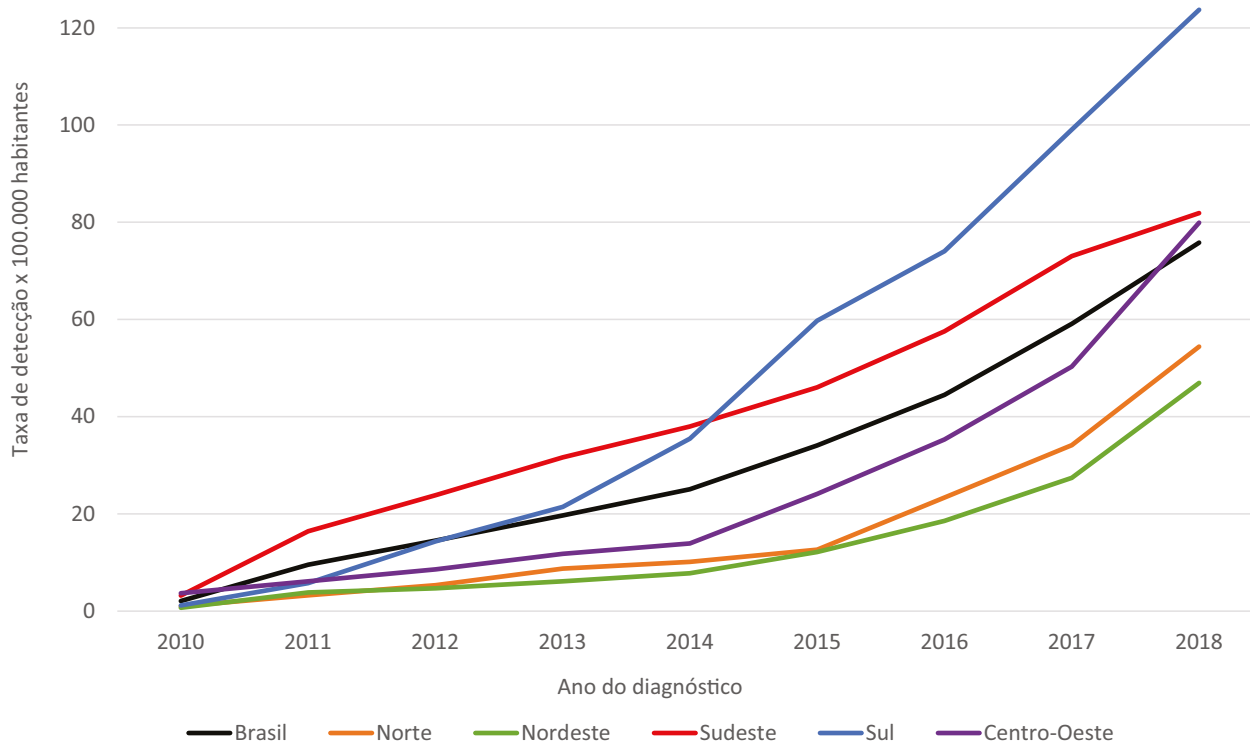
gestantes notificados em 2018. Na comparação por sexo, em 2018, as mulheres de 20 a 29 anos alcançaram 24,4% do total de casos notificados, enquanto os homens nessa mesma faixa etária representaram apenas 16,1%.

Sífilis adquirida

No período de 2010 a junho de 2019, foram notificados no Sinan um total de 650.258 casos de sífilis adquirida, dos quais 53,5% ocorreram na Região Sudeste, 22,1% no Sul, 12,9% no Nordeste, 6,5% no Centro-Oeste e 4,9% no Norte (Tabela 2).

Em 2018, o número total de casos notificados no Brasil foi de 158.051. Na estratificação por regiões, observaram-se 71.842 (45,5%) casos notificados na Região Sudeste, 36.808 (23,3%) na Região Sul, 26.644 (16,9%) na Região Nordeste, 12.855 (8,1%) na Região Centro-Oeste e 9.890 (6,3%) na Região Norte (Tabela 2).

Entre 2017 e 2018, verificou-se que o Brasil e regiões apresentaram crescimento em suas taxas de detecção de sífilis adquirida. No país, o aumento foi de 28,3% (de 59,1 para 75,8 casos por 100.000 hab.). Além disso, o incremento foi de 59,3% na Região Norte (de 34,1 para 54,4 casos por 100.000 hab.), 71,1% no Nordeste (de 27,4 para 46,9 casos por 100.000 hab.), 12,2% no Sudeste (de 73,0 para 81,9 casos por 100.000 hab.), 24,9% no Sul (de 99,1 para 123,7 casos por 100.000 hab.) e 58,9% no Centro-Oeste (de 50,3 para 79,9 casos por 100.000 hab.), conforme a Figura 5 e a Tabela 2.

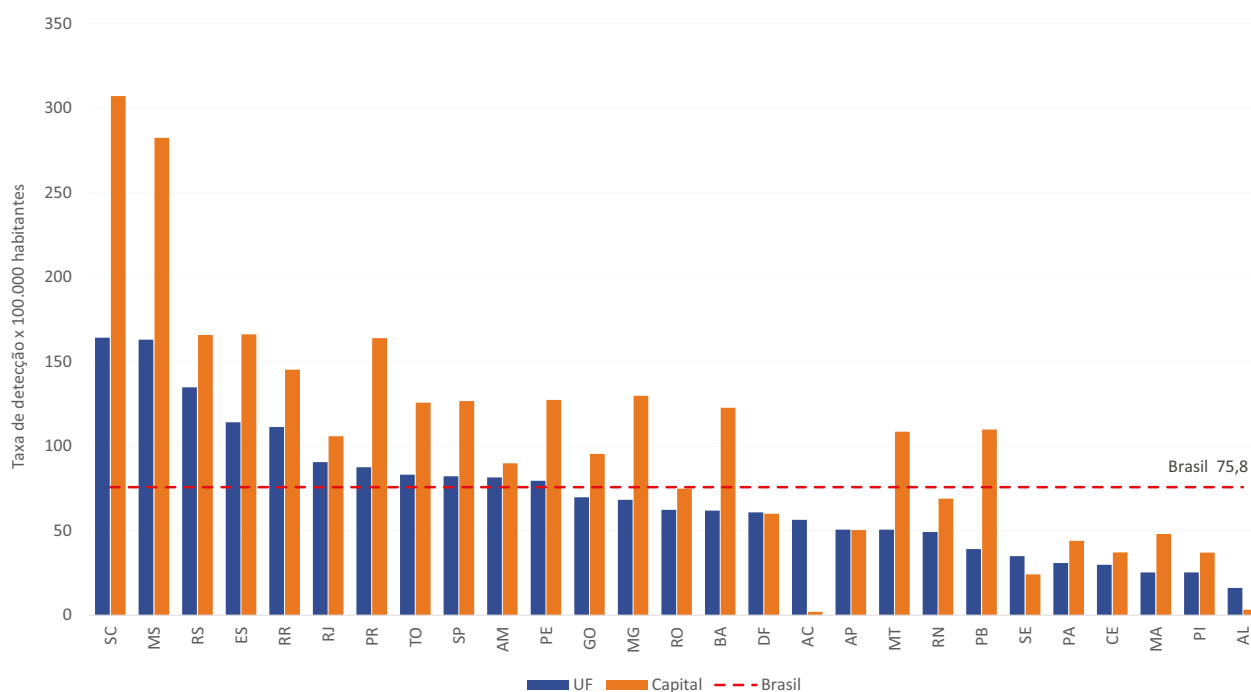


Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

FIGURA 5 Taxa de detecção (por 100.000 habitantes) de sífilis adquirida, segundo região de residência por ano de diagnóstico. BRASIL, 2010 A 2018

Quanto às UF, em 2018, a taxa de detecção mais elevada foi observada em Santa Catarina (164,1 casos/100.000 hab.) e a mais baixa em Alagoas (16,1 casos/100.000 hab.), conforme a Figura 6 e Tabela 2. Além de Santa Catarina, dez estados apresentaram taxas de detecção superiores à taxa média nacional: Mato Grosso do Sul (163,0 casos/100.000 hab.), Rio Grande do Sul (134,8 casos/100.000 hab.), Espírito Santo (114,1 casos/100.000 hab.), Roraima (111,3 casos/100.000 hab.), Rio de Janeiro (90,5 casos/100.000 hab.), Paraná (87,5 casos/100.000 hab.), Tocantins (83,1 casos/100.000 hab.), São Paulo (82,1 casos/100.000 hab.), Amazonas (81,5 casos/100.000 hab.) e Pernambuco (79,6 casos/100.000 hab.), de acordo com a Figura 6 e a Tabela 2.

Com relação às capitais, 16 delas apresentaram taxa de detecção mais elevada que a nacional: Florianópolis (307,1 casos/100.000 hab.), Campo Grande (282,4/100.000 hab.), Vitória (166,1/100.000 hab.), Porto Alegre (165,8/100.000 hab.), Curitiba (163,9/100.000 hab.), Boa Vista (145,2 casos/100.000 hab.), Belo Horizonte (129,8/100.000 hab.), Recife (127,4 casos/100.000 hab.), São Paulo (126,6/100.000 hab.), Palmas (125,7/100.000 hab.), Salvador (122,7/100.000 hab.), João Pessoa (109,8/100.000 hab.), Cuiabá (108,5 casos/100.000 hab.), Rio de Janeiro (105,9/100.000 hab.), Goiânia (95,5 casos/100.000 hab.) e Manaus (89,8/100.000 hab.), conforme a Figura 6.



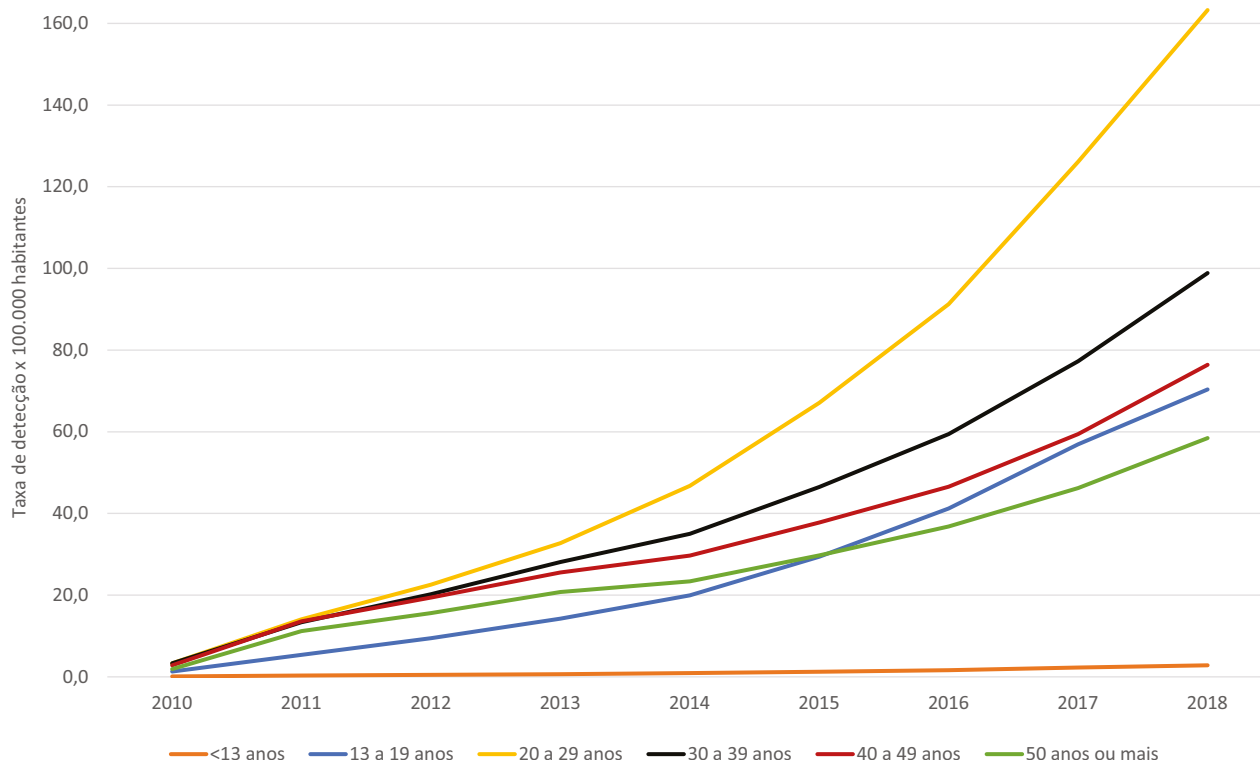
Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

FIGURA 6 Taxas de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes) segundo UF e capitais. Brasil, 2018

Em 2018, a maior parte das notificações de sífilis adquirida ocorreu em indivíduos entre 20 e 29 anos (35,1%), seguidos por aqueles na faixa entre 30 e 39 anos de idade (21,5%), conforme a Tabela 3.

A Figura 7 apresenta as taxas de detecção de sífilis adquirida segundo faixa etária, no período de 2010 a

2018. Observa-se um incremento na taxa de detecção para todas as faixas etárias, ressaltando a tendência mais acentuada de aumento na faixa etária de 20 a 29 anos, que em 2018 contabilizou 163,3 casos por 100.000 habitantes.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

FIGURA 7 Taxa de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes) segundo faixa etária. Brasil, 2010-2018

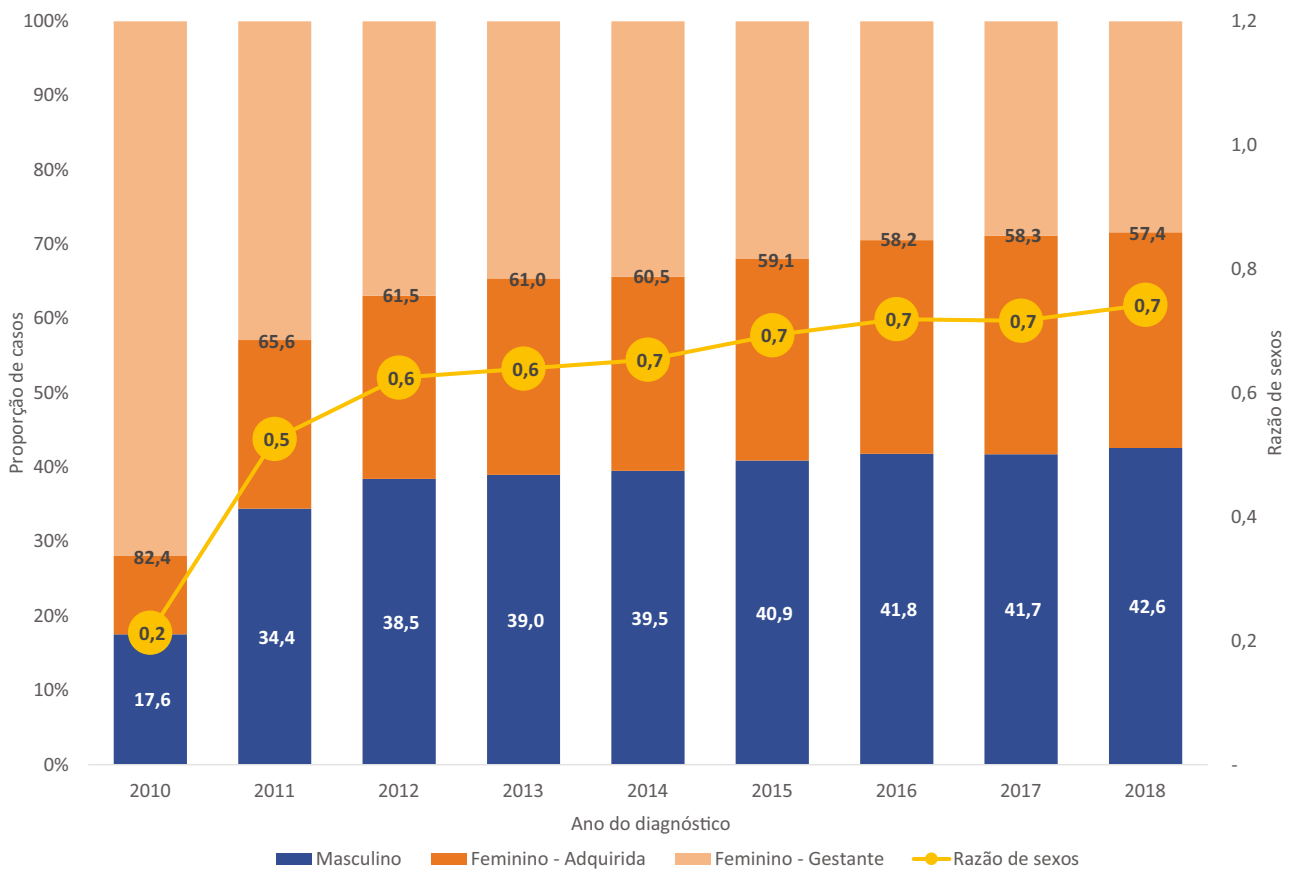
A Figura 8 apresenta os casos notificados de sífilis adquirida em homens e mulheres, incluindo os casos notificados em gestantes e razão de sexos por ano de diagnóstico no Brasil, de 2010 a 2018. Quando analisada a série histórica de casos notificados de sífilis, observa-se que 347.064 (40,6%) ocorreram em homens e 506.873 (59,4%) em mulheres; destas, 235.664 (46,5%) foram notificadas como sífilis adquirida e 271.209 (53,5%) como sífilis em gestante.

Em 2010, a razão de sexos (M:F) era de 0,2 (dois casos em homens para cada dez casos em mulheres); em 2018, foi de 0,7 (sete casos em homens para cada dez casos em mulheres), razão que vem se mantendo estável desde 2014, conforme a Figura 8 e a Tabela 3.

No ano de 2018, em 36,5% das notificações, a informação sobre escolaridade foi preenchida como “ignorada” ou

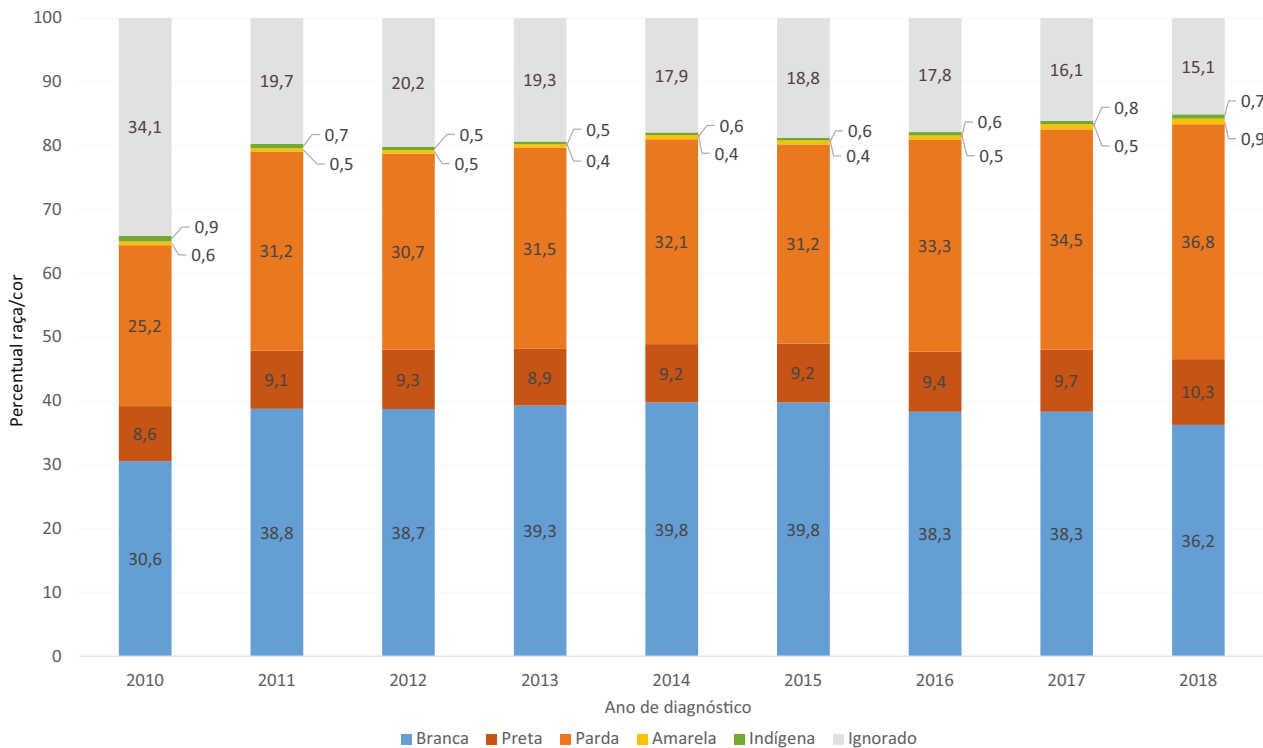
não houve preenchimento do campo. Entre os casos informados, 1,2% eram analfabetos, 20,0% não possuíam o ensino fundamental completo, 16,9% possuíam o fundamental completo ou médio incompleto e 24,9% possuíam pelo menos o ensino médio completo, conforme a Tabela 3.

Quanto à raça/cor, observou-se uma melhora no preenchimento dessa informação: em 2010, 34,0% tinham a informação ignorada, percentual este que foi reduzido para 15,1%, em 2018. Nesse ano, a maior parte das pessoas notificadas eram pardas (36,8%), seguidas de brancas (36,2%) e pretas (10,3%); considerando-se pardos e pretos, o percentual foi de 47,1%. Em toda a série histórica, a notificação de indivíduos de raça/cor amarela e indígena separadamente não ultrapassou 1% dos casos, conforme a Figura 9 e a Tabela 3.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

FIGURA 8 Distribuição proporcional de casos de sífilis adquirida e sífilis em gestante, segundo sexo e razão de sexos por ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2018

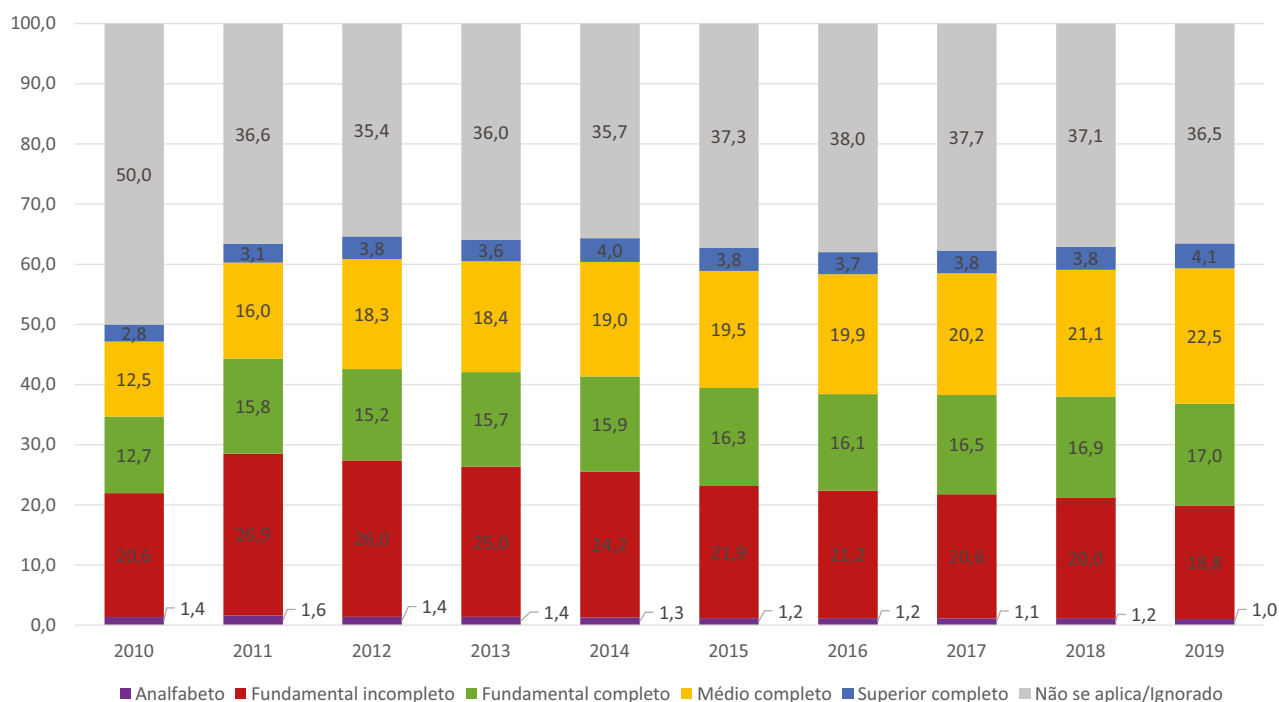


Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

FIGURA 9 Distribuição proporcional de casos de sífilis adquirida segundo raça/cor e ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2018

Com relação à escolaridade, observou-se pequena redução no percentual de casos em indivíduos analfabetos ou com ensino fundamental incompleto e aumento no percentual de casos em indivíduos com ensino fundamental ou com médio completo.

Entretanto, as informações relativas à escolaridade ainda possuem déficit de preenchimento na ficha de notificação: em 2018, 36,5% das fichas apresentaram essa informação ignorada e em 0,6% dos casos a variável não se aplica, conforme a Figura 10 e a Tabela 3.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

FIGURA 10 Distribuição proporcional de casos de sífilis adquirida segundo escolaridade e ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2018

Sífilis em gestantes

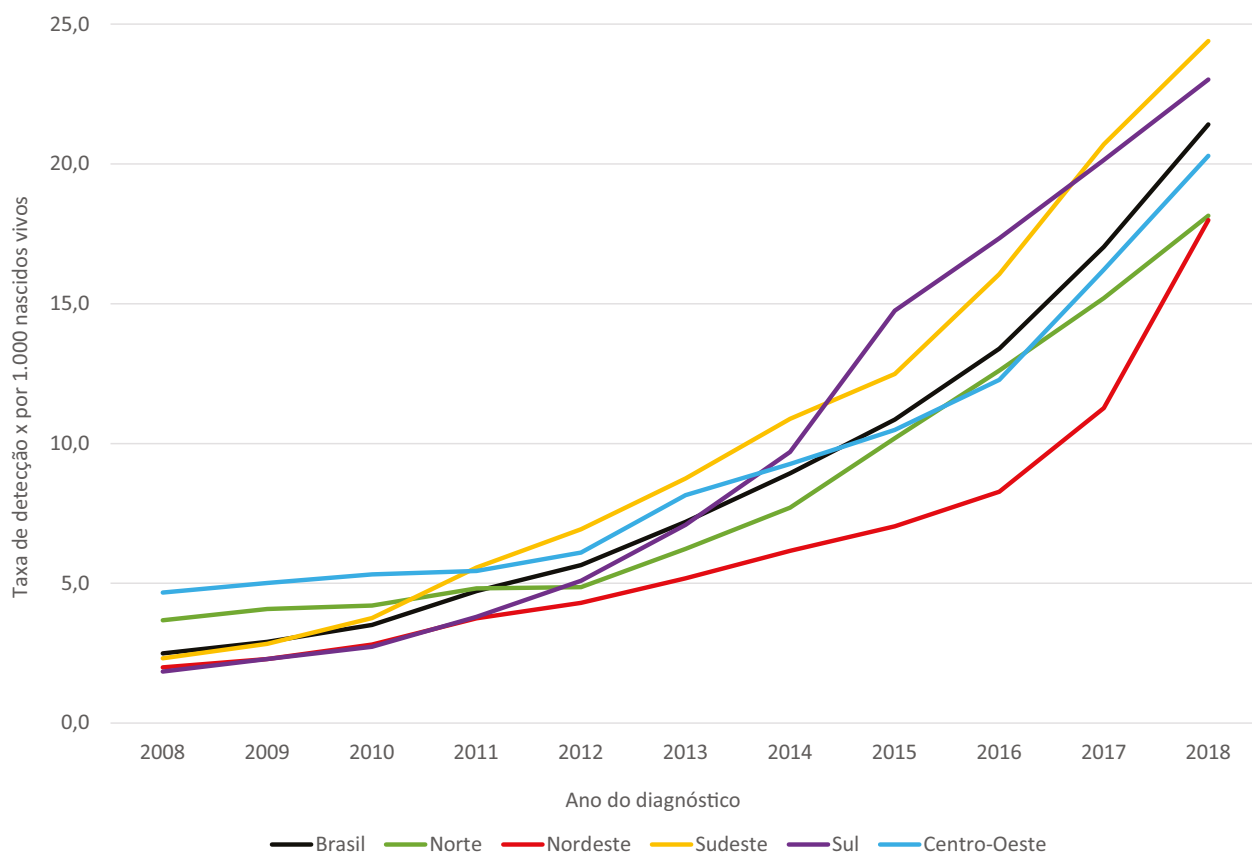
No período de 2005 a junho de 2019, foram notificados no Sinan 324.321 casos de sífilis em gestantes, dos quais 45,0% eram residentes na Região Sudeste, 21,0% na Região Nordeste, 14,7% na Região Sul, 10,4% na Região Norte e 8,9% na Região Centro-Oeste.

Em 2018, o número total de casos notificados no Brasil foi de 62.599 (25,7% mais casos que no ano anterior), dos quais 28.103 (44,9%) eram residentes no Sudeste, 14.705 (23,5%) no Nordeste, 9.153 (14,6%) no Sul, 5.675 (9,1%) no Norte e 4.953 (7,9%) no Centro-Oeste.

De 2017 para 2018, o número de notificações apresentou aumento em todas as regiões, com destaque para o incremento de 59,6% na Região Nordeste, conforme a

Tabela 4. Esse aumento pode ser atribuído, em parte, à mudança no critério de definição de casos, que passou a considerar a notificação durante o pré-natal, parto e puerpério a partir de outubro de 2017.

Em 2018, no Brasil, observou-se uma taxa de detecção de 21,4 casos de sífilis em gestantes/1.000 nascidos vivos (25,7% superior à taxa observada no ano anterior). As taxas de detecção das regiões Sudeste (24,4/1.000 nascidos vivos) e Sul (23,0/1.000 nascidos vivos) foram superiores à nacional. No último ano, constata-se que as regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentaram os maiores aumentos em suas taxas de detecção, e a Região Sul foi a que apresentou o menor incremento, conforme a Figura 11 e a Tabela 4.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

FIGURA 11 Taxa de detecção de sífilis em gestantes (por 1.000 nascidos vivos) por região e ano de diagnóstico. Brasil, 2008 a 2018

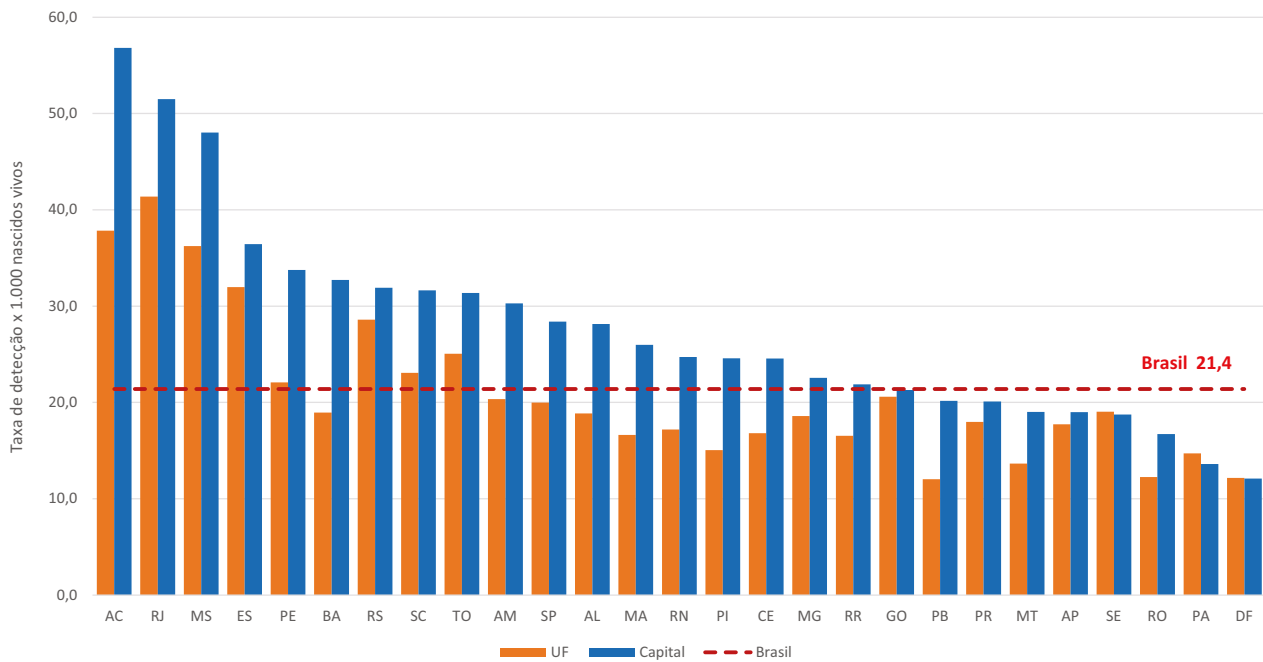
Ainda em relação às UF, a taxa de detecção mais elevada, em 2018, foi observada no Rio de Janeiro (41,4 casos/1.000 nascidos vivos, com incremento de 16,3% em relação ao ano anterior), e a mais baixa no Distrito Federal (12,2 casos/1.000 nascidos vivos, com incremento de 38,3% na comparação com 2017). Oito estados brasileiros apresentaram taxa de detecção em gestantes acima da taxa nacional: Rio de Janeiro (41,4/1.000), Acre (37,8/1.000), Mato Grosso do Sul (36,2/1.000), Espírito Santo (32,0/1.000), Rio Grande do Sul (28,6/1.000), Tocantins (25,1/1.000), Santa Catarina (23,1/1.000) e Pernambuco (22,1/1.000). Com exceção de Pernambuco, todos os estados da Região Nordeste apresentaram taxas abaixo da média nacional, conforme a Figura 12 e a Tabela 4.

Com relação às capitais, Rio Branco, Rio de Janeiro, Campo Grande, Vitória, Recife, Salvador, Porto Alegre, Florianópolis, Palmas, Manaus, São Paulo, Maceió, São Luís, Natal, Teresina, Fortaleza, Belo Horizonte e Boa Vista apresentaram as maiores taxas de detecção de sífilis em gestantes em 2018, todas superiores à taxa nacional, com destaque para as taxas de Rio Branco

(56,8 casos/1.000 nascidos vivos), do Rio de Janeiro (51,5 casos/1.000 nascidos vivos) e de Campo Grande (48,0 casos/1.000 nascidos vivos), conforme a Figura 12.

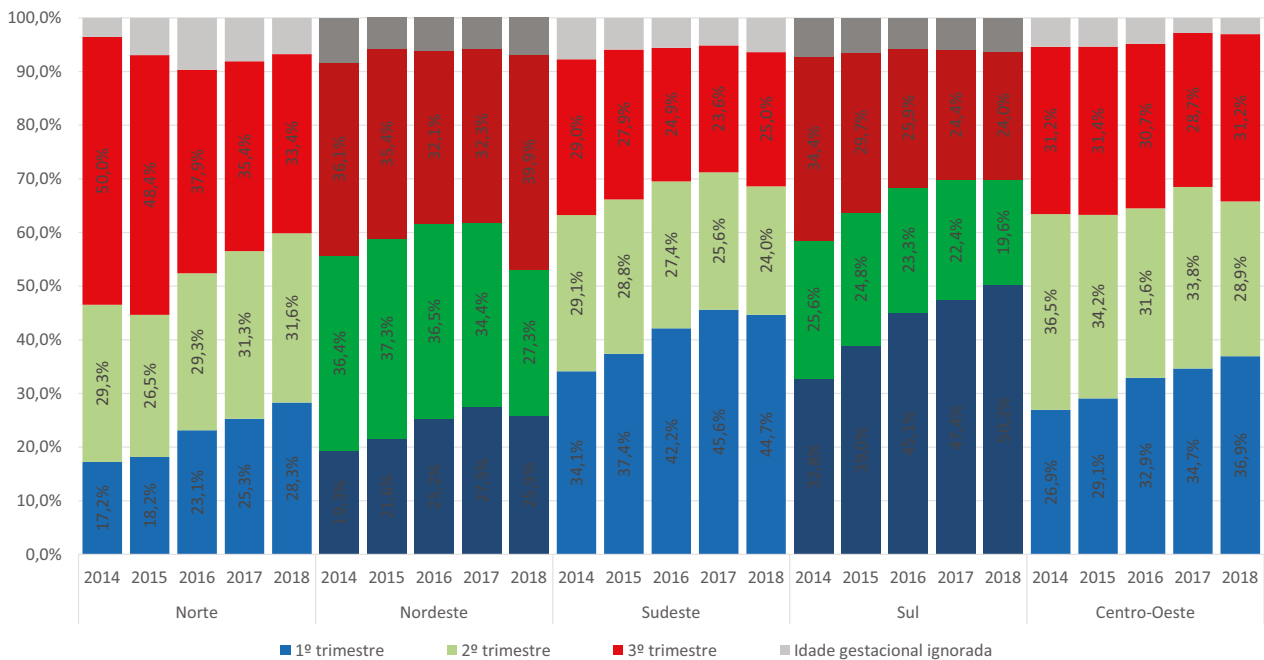
Quando analisada a idade gestacional de detecção de sífilis em gestantes, observou-se que, em 2018, a maior proporção das mulheres (39,0%) foi diagnosticada no primeiro trimestre, ao passo que 25,2% representaram diagnósticos realizados no segundo trimestre e 29,6% no terceiro trimestre. Ressalte-se que vem ocorrendo melhora no preenchimento dessa informação nas fichas de notificação: a opção “idade gestacional ignorada”, que era preenchida em 8,7% dos casos notificados em 2008, caiu para 5,8% no ano de 2018, conforme a Tabela 5.

Quando observado o diagnóstico de sífilis em gestantes segundo idade gestacional por regiões, no ano de 2018, nota-se que o diagnóstico no primeiro trimestre ocorre com maior proporção nas regiões Sul (50,2%) e Sudeste (44,7%), e com menor proporção nas regiões Nordeste (25,9%) e Norte (28,3%). Todas as regiões nos últimos cinco anos vêm apresentando aumento do diagnóstico da sífilis no primeiro trimestre da gestação, conforme a Figura 13.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

FIGURA 12 Taxas de detecção de sífilis em gestantes (por 1.000 nascidos vivos) segundo UF e capitais. Brasil, 2018



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

FIGURA 13 Idade gestacional no momento do diagnóstico de sífilis, segundo região de residência e ano de diagnóstico. Brasil, 2014 a 2018

No Brasil, considerando a série histórica de 2005 a 2018, observou-se que 52,5% das gestantes diagnosticadas com sífilis encontravam-se na faixa etária de 20 a 29 anos, 24,7% na de 15 a 19 anos e 19,4% na de 30 a 39 anos. Desde 2005, a proporção de diagnóstico de sífilis em gestantes entre 30 e 39 anos era superior à daquelas entre 15 a 19 anos, tendo-se observado uma inversão dessa relação a partir de 2011 (Tabela 5).

Quanto à escolaridade, 26,6% dessa informação foi registrada como “ignorada” em 2018. Além disso, 21,9% completaram o ensino médio e 51,5% das mulheres não tinham o ensino médio completo (Tabela 5).

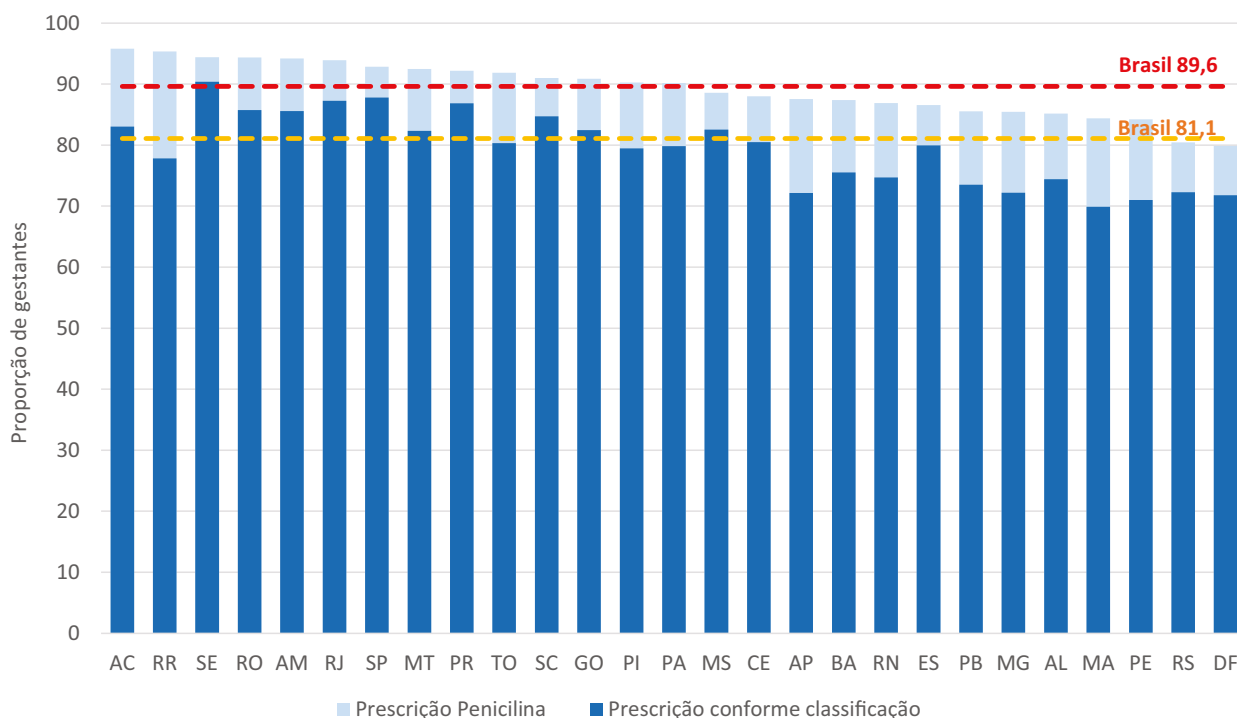
Sobre o critério raça/cor, identificou-se que, em 2018, 50,8% das mulheres gestantes diagnosticadas com sífilis eram pardas, 28,6% brancas e 12,2% pretas. Se consideradas as mulheres negras (pretas e pardas), o percentual foi de 63,0%. Observou-se melhora no preenchimento da variável raça/cor, cuja proporção de “ignorados” passou de 10,5% em 2008 para 6,9% em 2018. Em 2018, as mulheres indígenas e amarelas representaram 1,5% do total de gestantes com sífilis (Tabela 5).

Com relação ao tratamento, em 2018, 89,6% das prescrições foram de penicilina benzatina (pelo menos

uma dose) e 1,7% referiram-se a outros esquemas. Em 5,2% dos casos não houve tratamento e em 3,5% não constou informação sobre o tratamento (“ignorado”). As proporções de prescrição de penicilina na estratificação por UF variaram de 95,8% no Acre a 79,9% no Distrito Federal, conforme a Figura 14 e a Tabela 6.

Em 2018, as UF com as maiores proporções de gestantes com informação de tratamento não realizado foram Distrito Federal (9,8%), Pernambuco (8,4%) e Rio Grande do Sul (7,9%), como observado na Tabela 6.

Quando analisada a forma de tratamento prescrito, em 2018, observa-se que 81,1% tiveram tratamento prescrito de acordo com a classificação clínica da doença. Sergipe (90,4%), São Paulo (87,8%) e Rio de Janeiro (87,3%) foram os estados com maiores proporções de tratamento prescrito de acordo com a classificação, enquanto no Maranhão (69,9%), Pernambuco (71,0%) e Distrito Federal (71,8%) essa proporção foi menor (Figura 14 e Tabela 6). Há limitações nessas informações, pois não se pode garantir que os dados sobre a classificação clínica da doença informada estão condizentes com sua real fase, uma vez que se observa, em 2018, que 26,5% das gestantes foram classificadas como portadoras de sífilis primária (Tabela 7).



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

FIGURA 14 Distribuição proporcional de sífilis em gestantes com tratamento prescrito com penicilina (ao menos uma dose) e prescrito conforme classificação clínica, segundo UF. Brasil, 2018

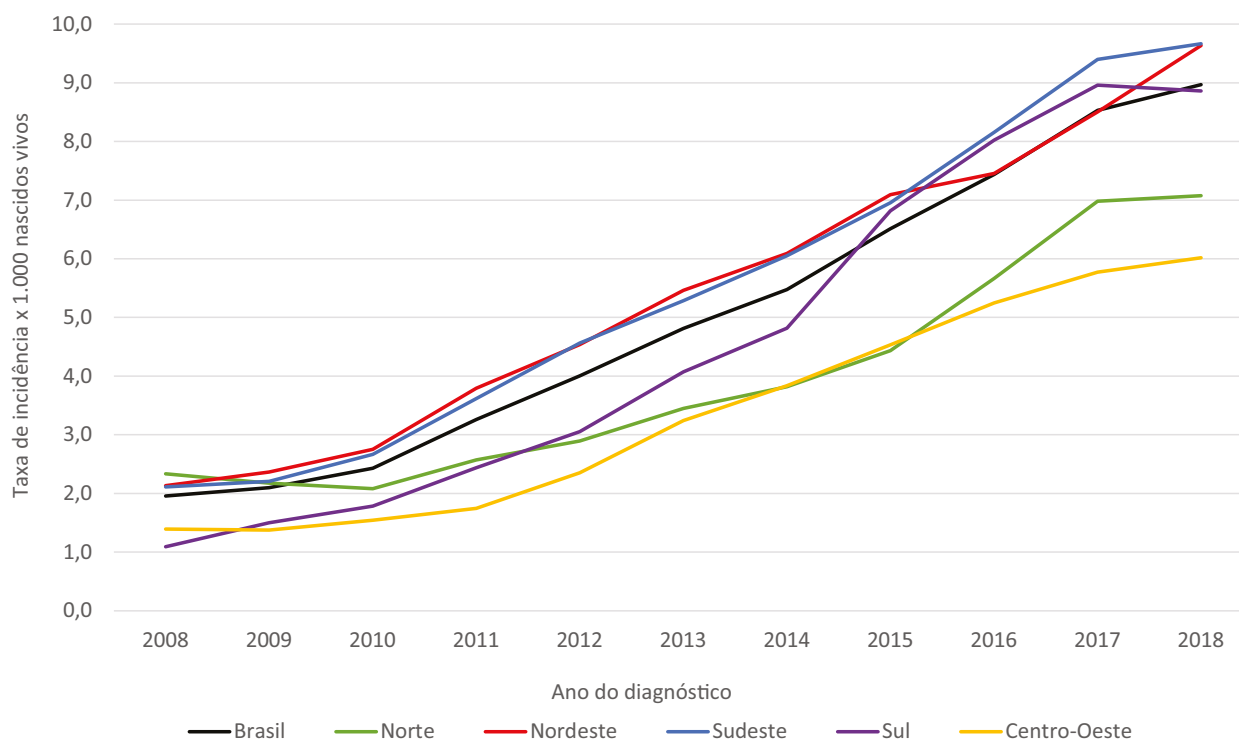
Sífilis congênita

De 1998 a junho de 2019, foram notificados no Sinan 214.891 casos de sífilis congênita em menores de um ano de idade, dos quais 95.353 (44,4%) eram residentes na Região Sudeste, 64.991 (30,2%) no Nordeste, 24.343 (11,3%) no Sul, 18.119 (8,5%) no Norte e 11.979 (5,6%) no Centro-Oeste (Tabela 8).

Em 2018, foram notificados 26.219 casos, a maioria dos quais (42,5%) residiam na Região Sudeste, seguidos pelo Nordeste (30,0%), Sul (13,5%), Norte (8,4%) e Centro-Oeste (5,6%). De 2017 para 2018, houve aumento de 5,2% no número de notificações no Brasil. Com relação às regiões, o maior incremento ocorreu na Região Nordeste (13,3%), seguida das regiões Centro-Oeste (4,3%),

Sudeste (2,9%) e Norte (1,4%). A Região Sul foi a única em que houve redução no número de casos notificados: em 2018 apresentou 1,1% a menos do que em 2017 (Tabela 8).

Em 2018, observou-se uma taxa de incidência de 9,0 casos/1.000 nascidos vivos no Brasil, tendo as Regiões Sudeste (9,7 casos/1.000 nascidos vivos) e Nordeste (9,6 casos/1.000 nascidos vivos) mostrado as maiores taxas, ambas acima da taxa nacional. A taxa da Região Sul apresentou-se quase igual à do país (8,9 casos/1.000 nascidos vivos), enquanto as regiões Norte (7,1 casos/1.000 nascidos vivos) e Centro-Oeste (6,0 casos/1.000 nascidos vivos) mostraram taxas de sífilis congênita abaixo da taxa do país, conforme a Figura 15 e a Tabela 8.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

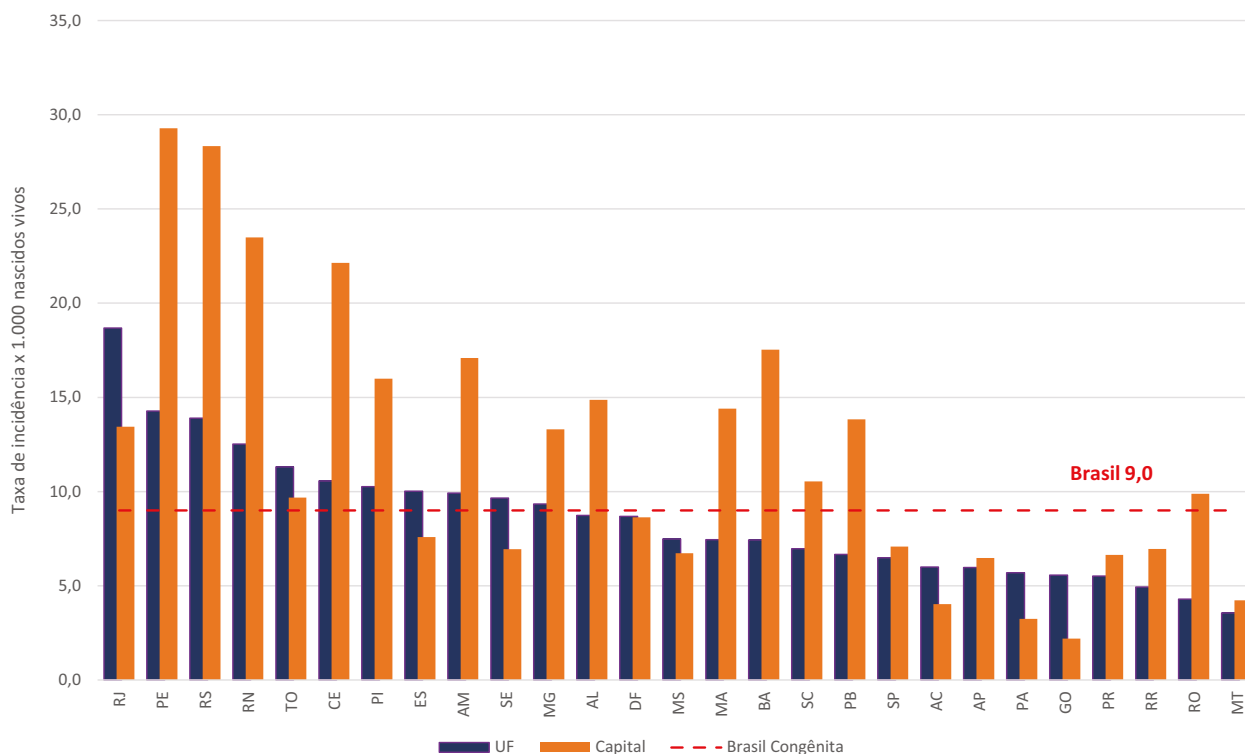
FIGURA 15 Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade (por 1.000 nascidos vivos) por região de residência e ano de diagnóstico. Brasil, 2008 a 2018

Entre os anos de 2017 e 2018, as UF que apresentaram aumentos mais expressivos nas taxas de incidência foram Roraima (132,0%) e Maranhão (97,2%). Por outro lado, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso foram as UF que tiveram as maiores reduções nessa taxa entre 2017 e 2018: 23,3% e 20,6%, respectivamente (Tabela 8).

No Brasil, em geral, nos últimos dez anos, em especial a partir de 2010, houve um progressivo aumento na taxa de incidência de sífilis congênita: em 2008, a taxa era de 2,0 caso/1.000 nascidos vivos e, em 2018, foi mais de quatro vezes maior que a taxa de 2008, passando para 9,0 casos/1.000 nascidos vivos, conforme a Tabela 8.

Em 2018, 11 UF apresentaram taxas de incidência de sífilis congênita superiores à taxa nacional (9,0

casos/1.000 nascidos vivos): Rio de Janeiro (18,7 casos/1.000 nascidos vivos), Pernambuco (14,3 casos/1.000 nascidos vivos), Rio Grande do Sul (13,9 casos/1.000 nascidos vivos), Rio Grande do Norte (12,5 casos/1.000 nascidos vivos), Tocantins (11,3 casos/1.000 nascidos vivos), Ceará (10,6 casos/1.000 nascidos vivos), Piauí (10,3 casos/1.000 nascidos vivos), Espírito Santo (10,0 casos/1.000 nascidos vivos), Amazonas (9,9 casos/1.000 nascidos vivos), Sergipe (9,7 casos/1.000 nascidos vivos) e Minas Gerais (9,3 casos/1.000 nascidos vivos). As outras 16 UF apresentaram taxas inferiores, variando de 3,6 casos/1.000 nascidos vivos no Mato Grosso a 8,7 casos/1.000 nascidos vivos em Alagoas e no Distrito Federal, conforme a Figura 16 e a Tabela 8.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

FIGURA 16 Taxas de incidência de sífilis congênita (por 1.000 nascidos vivos) segundo UF e capital. Brasil, 2018

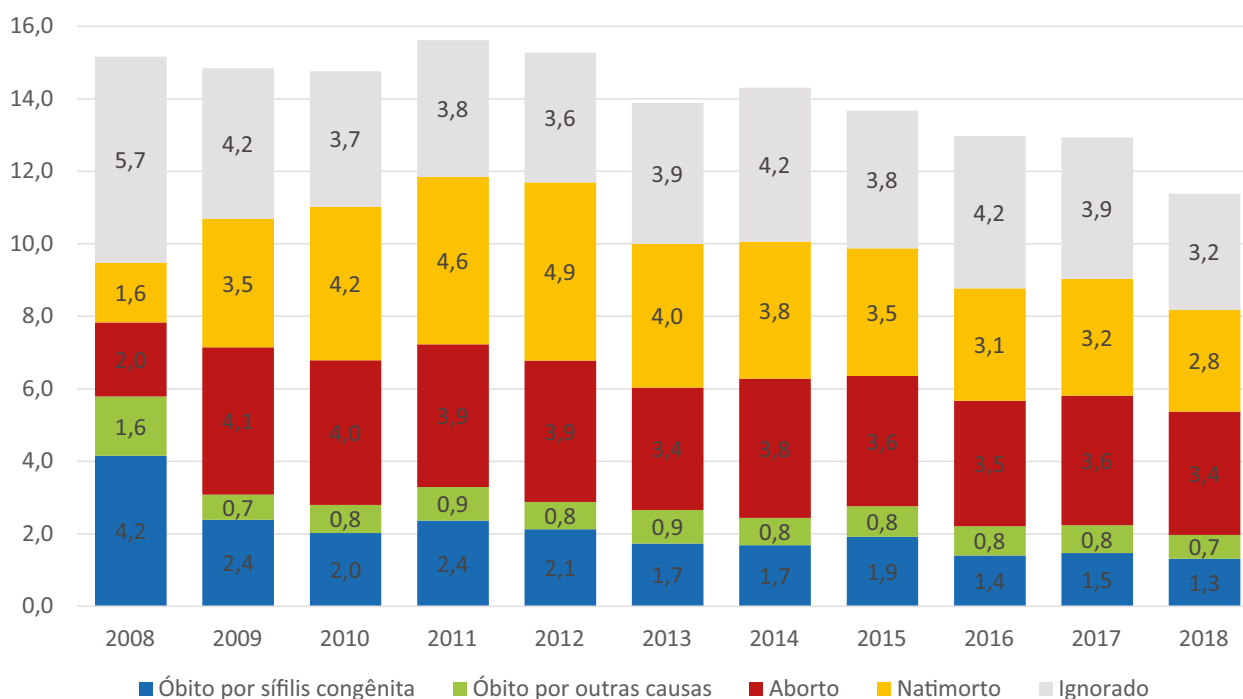
Dentre as capitais, Recife e Porto Alegre foram as que apresentaram as maiores taxas de incidência em 2018: 29,3 e 28,3 casos/1.000 nascidos vivos, respectivamente, taxas que representam mais de três vezes a taxa do Brasil. Doze capitais estão abaixo da média nacional (9,0/1.000 nascidos vivos): Goiânia (2,2 /1.000 nascidos vivos), Belém (3,2/1.000 nascidos vivos), Rio Branco (4,0/1.000 nascidos vivos), Cuiabá (4,2/1.000 nascidos vivos), Macapá (6,5 /1.000 nascidos vivos), Curitiba (6,6/1.000 nascidos vivos), Campo Grande (6,7/1.000 nascidos vivos), Aracaju (6,9/1.000 nascidos vivos), Boa Vista (7,0/1.000 nascidos vivos), São Paulo (7,1/1.000 nascidos vivos), Vitória (7,6/1.000 nascidos vivos) e Brasília (8,6/1.000 nascidos vivos), conforme a Figura 16.

Ao se compararem as taxas de detecção de sífilis em gestantes com as taxas de incidência de sífilis congênita em cada uma das capitais, nota-se que, em 2018, nenhuma capital apresentou taxa de incidência de sífilis congênita maior do que a taxa de detecção de sífilis em gestantes. Goiânia, Curitiba, Cuiabá, Macapá,

Aracaju, Belém e Brasília são as únicas capitais que apresentaram as duas taxas menores do que as taxas nacionais, conforme a Figura 4.

Em 2018, houve 25.889 (98,4%) casos de sífilis congênita em neonatos (até 28 dias de vida), dos quais 25.456 (96,8%) foram diagnosticados na primeira semana de vida. Quanto ao diagnóstico final dos casos (26.308), observou-se que 93,6% foram classificados como sífilis congênita recente, 3,4% como aborto por sífilis, 2,8% como natimorto e 0,2% como sífilis congênita tardia (Tabela 9).

Com relação à evolução dos casos, nota-se redução do percentual de desfechos desfavoráveis ao longo dos anos. Em 2018, do total de 26.308 casos, 88,6% das crianças com sífilis congênita estavam vivas e 11,4% apresentaram algum desfecho desfavorável, dos quais 1,3% foram classificados como óbito por sífilis congênita, 0,7% como óbito por outras causas, 3,4% como aborto e 2,8% como natimorto, e 3,2% tiveram evolução ignorada (Figura 17 e Tabela 9).



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

FIGURA 17 Distribuição proporcional de casos de sífilis congênita por tipo de desfecho desfavorável segundo ano de diagnóstico. Brasil, 2008 a 2018

Os maiores percentuais de casos de sífilis congênita, em 2018, ocorreram em crianças cujas mães tinham entre 20 e 29 anos de idade (53,6%), seguidas daquelas nas faixas de 15 a 19 anos (23,4%) e de 30 a 39 anos (18,0%), conforme a Tabela 10.

Quanto à escolaridade materna, observou-se que a maior parte possuía da 5ª à 8ª série incompleta (22,2%) e que, em 27,0% dos casos, essa informação foi classificada como ignorada (Tabela 10).

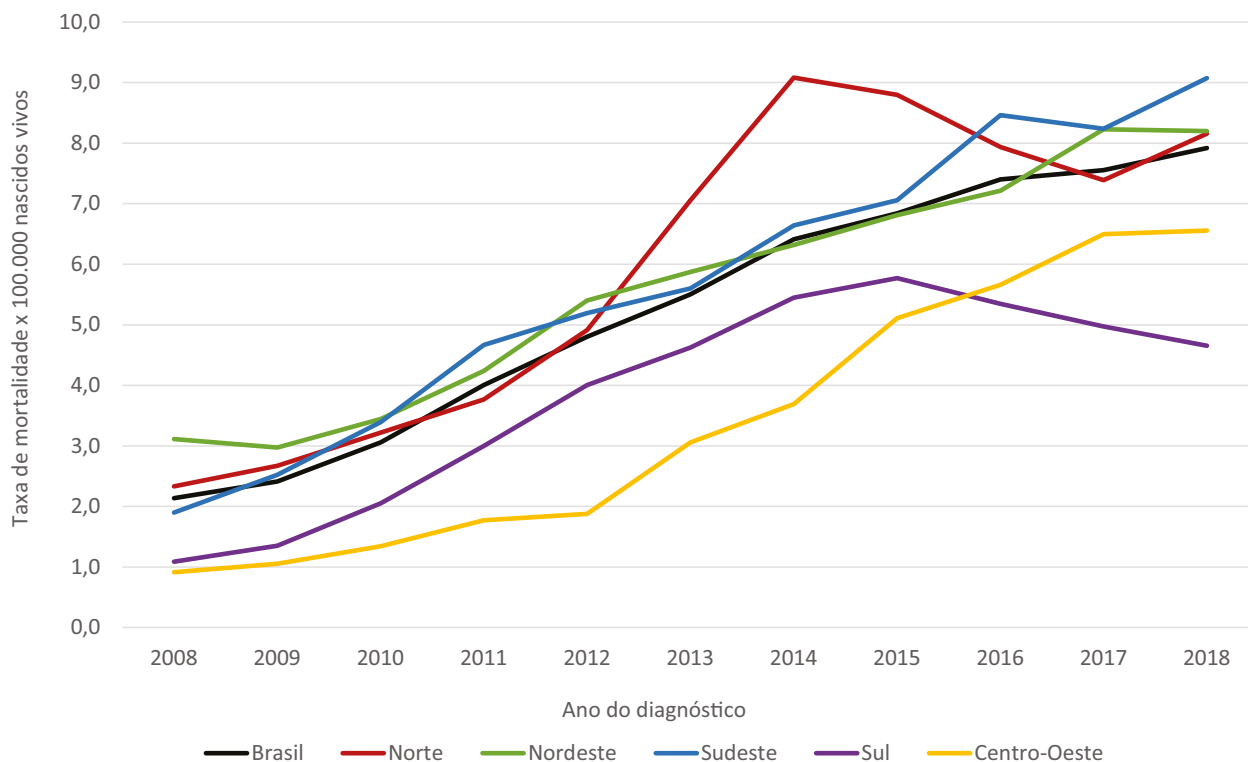
Em relação à raça/cor das mães das crianças com sífilis congênita, a maioria delas se declararam como pardas (58,4%), seguidas das brancas (23,4%) e pretas (8,9%), conforme a Tabela 10.

No que concerne ao acesso ao pré-natal, em 2018, 81,8% das mães de crianças com sífilis congênita fizeram pré-natal, enquanto 13,3% não o fizeram e 4,9% apresentaram informação ignorada. Em relação ao momento do diagnóstico, 57,6% tiveram diagnóstico de sífilis durante o pré-natal, 31,8% no momento do parto/curetagem, 5,6% após o parto e 0,8% não tiveram diagnóstico, além de haver 4,3% de ignorados (Tabela 10).

Quanto à mortalidade infantil (em menores de um ano de idade) por sífilis congênita, no período de 1998 a 2018, o número de óbitos declarados no SIM foi de 2.575, sendo 1.120 (43,5%) na Região Sudeste (dos quais 732 foram registrados no estado do Rio de Janeiro, o que corresponde a 28,4% do Brasil), 805 (31,3%) no Nordeste, 287 (11,1%) no Norte, 245 (9,5%) no Sul e 118 (4,6%) no Centro-Oeste, conforme a Tabela 11.

Em 2018, foi declarado no SIM um total de 241 óbitos por sífilis em crianças menores de um ano, o que corresponde a um coeficiente de mortalidade de 8,2 por 100.000 nascidos vivos. Em relação à região de residência, verificou-se um coeficiente de 9,4 para a Região Nordeste, 8,8 para o Sudeste, 8,6 para o Norte, 6,1 para o Centro-Oeste e 5,3 para o Sul, segundo a Tabela 11.

Nos últimos dez anos, no Brasil, o coeficiente de mortalidade infantil por sífilis passou de 1,9/100.000 nascidos vivos em 2008 para 8,2 /100.000 nascidos vivos em 2018. Em 2017, o coeficiente de mortalidade foi de 7,6/100.000 nascidos vivos, o que representa um aumento de 8,5% em relação a 2018, conforme a Figura 18 e a Tabela 11.

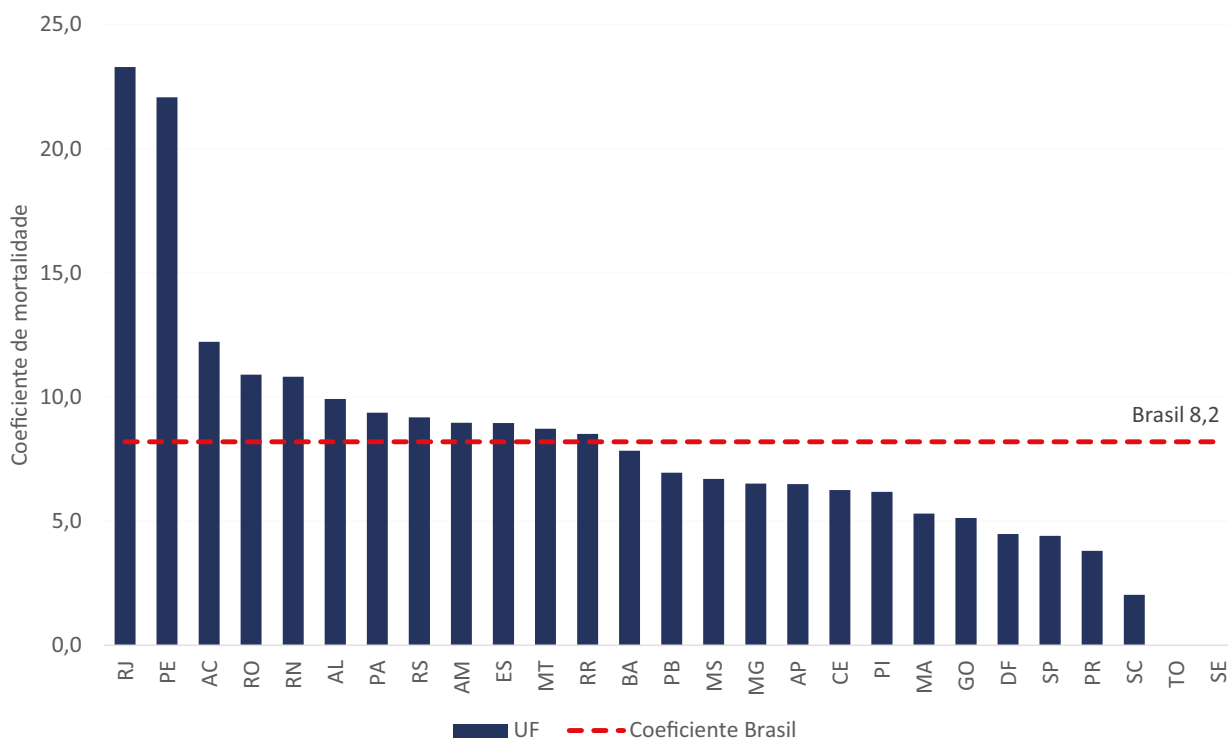


Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), atualizado em 31/12/2018.
Nota: taxas suavizadas pelo método de médias móveis.

FIGURA 18 Coeficiente de mortalidade infantil por sífilis congênita (por 100.000 nascidos vivos) segundo região de residência. Brasil, 2008 a 2018

As UF com os maiores coeficientes de mortalidade por sífilis congênita em menores de um ano por 100.000 nascidos vivos em 2018 foram Rio de Janeiro (23,3), Pernambuco (22,1), Acre (12,2), Rondônia (10,9), Rio Grande do Norte (10,8), Alagoas (9,9), Pará (9,4), Rio

Grande do Sul (9,2), Amazonas (9,0), Espírito Santo (9,0), Mato Grosso (8,7) e Roraima (8,5), todas com coeficientes acima do coeficiente de mortalidade nacional, conforme a Figura 19.



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), atualizado em 31/12/2018.

FIGURA 19 Coeficiente de mortalidade infantil por sífilis congênita (por 100.000 nascidos vivos) segundo UF residência. Brasil, 2018

Tabelas

Tabela 2 – Casos e taxa de detecção (por 100.000 habitantes) de sífilis adquirida segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2019^(1,2,3)

UF de notificação	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		Total ⁽⁴⁾	
	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	nº
Brasil	3929	2,1	18317	9,5	28082	14,5	39566	19,7	50876	25,1	69729	34,1	91728	44,5	122679	59,1	158051	75,8	67301	75,8	650258	32012
Norte	156	1,0	520	3,2	873	5,3	1488	8,7	1751	10,1	2211	12,6	4139	23,3	6124	34,1	9890	54,4	4860	54,4	650258	32012
Rorondônia	15	1,0	45	2,9	62	3,9	118	6,8	188	10,8	311	17,6	696	38,9	751	41,6	1096	62,4	426	62,4	3708	
Acre	5	0,7	7	0,9	7	0,9	27	3,5	47	5,9	86	10,7	143	17,5	324	39,1	490	56,4	144	56,4	1280	
Amazonas	92	2,6	282	8,0	616	17,2	947	24,9	866	22,4	783	19,9	1082	27,0	1723	42,4	3325	81,5	1999	81,5	11715	
Roraima	0	-	6	1,3	7	1,5	5	1,0	43	8,7	104	20,6	257	50,0	186	35,6	642	111,3	356	111,3	1606	
Pará	37	0,5	141	1,8	125	1,6	236	3,0	394	4,9	475	5,8	1060	12,8	1762	21,1	2625	30,8	1137	30,8	7992	
Amapá	1	0,1	2	0,3	1	0,1	29	3,9	33	4,4	79	10,3	187	23,9	267	33,5	420	50,6	191	50,6	1210	
Tocantins	6	0,4	37	2,6	55	3,9	126	8,5	180	12,0	373	24,6	714	46,6	1111	71,7	1292	83,1	607	83,1	4501	
Nordeste	360	0,7	2061	3,9	2535	4,7	3414	6,1	4377	7,8	6878	12,2	10549	18,5	15704	27,4	26644	46,9	11196	46,9	83718	
Maramiã	10	0,2	19	0,3	52	0,8	102	1,5	306	4,5	590	8,5	865	12,4	1290	18,4	1779	25,3	731	25,3	5744	
Piauí	4	0,1	75	2,4	42	1,3	74	2,3	115	3,6	144	4,5	232	7,2	363	11,3	825	25,3	540	25,3	2414	
Ceará	190	2,2	646	7,6	498	5,7	500	5,7	501	5,7	630	7,1	1073	12,0	1726	19,1	2712	29,9	1329	29,9	9800	
Rio Grande do Norte	16	0,5	138	4,3	279	8,6	320	9,5	370	10,9	598	17,4	870	25,0	1422	40,5	1713	49,2	933	49,2	6659	
Paraíba	16	0,4	124	3,3	130	3,4	143	3,7	149	3,8	301	7,6	268	6,7	1033	25,7	1564	39,1	840	39,1	4568	
Pernambuco	23	0,3	394	4,4	391	4,4	375	4,1	466	5,0	1265	13,5	2481	26,4	3205	33,8	7556	79,6	3418	79,6	19574	
Alagoas	9	0,3	22	0,7	40	1,3	54	1,6	75	2,3	99	3,0	274	8,2	485	14,4	535	16,1	203	16,1	1796	
Sergipe	12	0,6	312	14,9	521	24,7	926	42,3	939	42,3	987	44,0	857	37,8	1146	50,1	797	35,0	271	35,0	6768	
Bahia	80	0,6	331	2,3	587	4,1	920	6,1	1456	9,6	2264	14,9	3629	23,8	5034	32,8	9163	61,9	2931	61,9	26395	
Sudeste	2579	3,2	13282	16,4	19461	23,9	26723	31,6	32342	38,0	39451	46,0	49700	57,6	63490	73,0	71842	81,9	29339	81,9	348209	
Minas Gerais	162	0,8	780	4,0	1571	7,9	2312	11,2	3402	16,4	5639	27,0	7530	35,9	10884	51,5	14364	68,3	7024	68,3	53668	
Espírito Santo	118	3,4	954	26,9	1517	42,4	2012	52,4	2318	59,7	2511	63,9	3414	85,9	3587	89,3	4534	114,1	2022	114,1	22987	
Rio de Janeiro	1210	7,6	1482	9,2	1814	11,2	3258	19,9	3077	18,7	4192	25,3	7361	44,2	12080	72,3	15537	90,5	5980	90,5	55991	
São Paulo	1089	2,6	10066	24,2	14559	34,7	19141	43,8	23545	53,5	27109	61,1	31395	70,2	36939	81,9	37407	82,1	14313	82,1	215563	
Sul	315	1,2	1583	5,7	3974	14,3	6173	21,4	10286	35,4	17458	59,7	21803	74,1	29365	99,1	36808	123,7	16239	123,7	144004	
Paraná	77	0,7	436	4,1	807	7,6	1416	12,9	2337	21,1	4262	38,2	5513	49,0	7756	68,5	9928	87,5	4949	87,5	37481	
Santa Catarina	52	0,8	261	4,1	563	8,8	1429	21,5	2033	30,2	3158	46,3	5504	79,6	8503	121,5	11611	164,1	4373	164,1	37487	
Rio Grande do Sul	186	1,7	886	8,3	2604	24,2	3328	29,8	5916	52,8	10038	89,2	10786	95,6	13106	115,7	15269	134,8	6917	134,8	69036	
Centro-Oeste	518	3,7	870	6,1	1235	8,6	1764	11,8	2116	13,9	3726	24,1	5532	35,3	7985	50,3	12855	79,9	5656	79,9	42257	
Mato Grosso do Sul	368	15,0	534	21,6	825	32,9	1067	41,2	1107	42,3	1138	42,9	1406	52,4	3028	111,6	4478	163,0	1573	163,0	15524	
Mato Grosso	24	0,8	130	4,2	156	5,0	223	7,0	330	10,2	680	20,8	821	24,8	989	29,6	1741	50,6	618	50,6	5712	
Goias	105	1,7	148	2,4	186	3,0	342	5,3	483	7,4	1156	17,5	1934	28,9	2432	35,9	4828	69,8	2602	69,8	14216	
Distrito Federal	21	0,8	58	2,2	68	2,6	132	4,7	196	6,9	752	25,8	1371	46,0	1536	50,5	1808	60,8	863	60,8	6805	

Fonte: MS/SIS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.
 Notas: (1) Casos notificados no Sinan até 30/06/2019. (2) Notificação compulsória a partir de agosto de 2010. (3) Dados preliminares para os últimos 5 anos. (4) 58 casos ignorados em relação à UF.

Tabela 3 - Casos de sífilis adquirida segundo sexo, faixa etária, escolaridade e raça por ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2019(1,2)

Variáveis	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sexo																						
Masculino	2455	62,5	11045	60,3	17115	60,9	23575	59,6	30618	60,2	41946	60,2	54356	59,3	71977	58,7	93977	59,5	40248	59,8	387312	59,6
Feminino	1474	37,5	7268	39,7	10961	39,0	15982	40,4	20232	39,8	27766	39,8	37336	40,7	50652	41,3	63993	40,5	27006	40,1	262670	40,4
Ignorado	0	0,0	4	0,0	6	0,0	9	0,0	26	0,1	17	0,0	36	0,0	50	0,0	81	0,1	47	0,1	276	0,0
Total	3929	100,0	18317	100,0	28082	100,0	39566	100,0	50876	100,0	69729	100,0	91728	100,0	122679	100,0	158051	100,0	67301	100,0	650258	100,0
Razão de sexos	1,7	-	1,5	-	1,6	-	1,5	-	1,5	-	1,5	-	1	-	1,4	-	1,5	-	1,5	-	1,5	-
Faixa etária																						
Menor de 13 anos	33	0,8	123	0,7	196	0,7	274	0,7	369	0,7	503	0,7	636	0,7	889	0,7	1092	0,7	471	0,7	4586	0,7
13 a 19 anos	313	8,0	1286	7,0	2272	8,1	3418	8,6	4796	9,4	7063	10,1	9872	10,8	13586	11,1	16680	10,6	7370	11,0	66656	10,3
20 a 29 anos	1165	29,7	4923	26,9	7858	28,0	11332	28,6	16089	31,6	22973	32,9	31129	33,9	42926	35,0	55528	35,1	24482	36,4	218405	33,6
30 a 39 anos	1004	25,6	4118	22,5	6386	22,7	9080	22,9	11536	22,7	15574	22,3	20152	22,0	26647	21,6	34011	21,5	14670	21,8	142978	22,0
40 a 49 anos	703	17,9	3457	18,9	4990	17,8	6652	16,8	7820	15,4	10099	14,5	12655	13,8	16427	13,4	21516	13,6	8768	13,0	93087	14,3
50 anos ou mais	711	18,1	4410	24,1	6380	22,7	8810	22,3	10266	20,2	13517	19,4	17284	18,8	22404	18,3	29224	18,5	11540	17,1	124546	19,2
Total	3929	100,0	18317	100,0	28082	100,0	39566	100,0	50876	100,0	69729	100,0	91728	100,0	122679	100,0	158051	100,0	67301	100,0	650258	100,0
Escolaridade⁽³⁾																						
Analfabeto	54	1,4	295	1,6	392	1,4	548	1,4	655	1,3	828	1,2	1079	1,2	1393	1,1	1867	1,2	701	1,0	7812	1,2
1ª a 4ª incompleta	216	5,5	1473	8,0	2181	7,8	2803	7,1	3336	6,6	4029	5,8	4893	5,3	6712	5,5	8480	5,4	3290	4,9	37413	5,8
4ª completa	166	4,2	1000	5,5	1392	5,0	1763	4,5	2126	4,2	2596	3,7	3197	3,5	4130	3,4	5241	3,3	2051	3,0	23662	3,6
5ª a 8ª incompleta	427	10,9	2452	13,4	3728	13,3	5317	13,4	6854	13,5	8079	12,4	11348	12,4	14461	11,8	17827	11,3	7311	10,9	78404	12,1
Ensino fundamental completo	315	8,0	1738	9,5	2400	8,5	3372	8,5	4144	8,1	5018	7,2	6861	7,5	9419	7,7	12137	7,7	5104	7,6	51108	7,9
Ensino médio incompleto	184	4,7	1159	6,3	1870	6,7	2838	7,2	3922	7,7	5743	8,2	7872	8,6	10848	8,8	14556	9,2	6334	9,4	55326	8,5
Ensino médio completo	430	10,9	2542	13,9	4374	15,6	6190	15,6	8123	16,0	11355	16,3	15284	16,7	20801	17,0	28313	17,9	12883	19,1	110295	17,0
Superior incompleto	61	1,6	383	2,1	756	2,7	1099	2,8	1557	3,1	2228	3,2	2989	3,3	3984	3,2	4962	3,1	2269	3,4	20288	3,1
Superior completo	111	2,8	569	3,1	1059	3,8	1409	3,6	2019	4,0	2659	3,8	3360	3,7	4627	3,8	6052	3,8	2784	4,1	24649	3,8
Não se aplica	18	0,5	109	0,6	172	0,6	244	0,6	321	0,6	459	0,7	556	0,6	813	0,7	972	0,6	427	0,6	4091	0,6
Ignorado	1947	49,6	6597	36,0	9758	34,7	13983	35,3	17819	35,0	25535	36,6	34289	37,4	45491	37,1	57644	36,5	24147	35,9	237210	36,5
Total	3929	100,0	18317	100,0	28082	100,0	39566	100,0	50876	100,0	69729	100,0	91728	100,0	122679	100,0	158051	100,0	67301	100,0	650258	100,0
Raça/cor																						
Branca	1200	30,5	7085	38,7	10858	38,7	15527	39,2	20900	39,7	27866	39,7	35094	38,3	46927	38,3	57226	36,2	24034	35,7	245827	37,8
Preta	338	8,6	1669	9,1	2614	9,3	3501	8,8	4656	9,2	6433	9,2	8589	9,4	11959	9,7	16308	10,3	6752	10,0	62819	9,7
Amorela	22	0,6	87	0,5	151	0,5	215	0,5	319	0,6	431	0,6	574	0,6	1006	0,8	1399	0,9	543	0,8	4747	0,7
Parda	999	25,4	5723	31,2	8628	30,7	12461	31,5	16353	32,1	21773	31,2	30566	33,3	42368	34,5	58181	36,8	25494	37,9	222566	34,2
Indígena	34	0,9	123	0,7	150	0,5	172	0,4	218	0,4	299	0,4	507	0,6	691	0,6	1111	0,7	331	0,5	3636	0,6
Ignorado	1336	34,0	3630	19,8	5681	20,2	7670	19,4	9140	18,0	13107	18,8	16398	17,9	19728	16,1	23826	15,1	10147	15,1	110663	17,0
Total	3929	100,0	18317	100,0	28082	100,0	39566	100,0	50876	100,0	69729	100,0	91728	100,0	122679	100,0	158051	100,0	67301	100,0	650258	100,0

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.
 Notas: (1) Casos notificados no Sinan até 30/06/2019. (2) Dados preliminares para os últimos 5 anos. (3) A partir de 2007, houve alterações para as categorias dessa variável.

Tabela 4 - Casos e taxa de detecção (por 1.000 nascidos vivos) de gestantes com sífilis segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2005-2019^(1,2,3)

UF de notificação	2005-2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018 ⁽⁴⁾		2019		Total			
	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa		
Brasil	11634	7308	2,5	3,7	1269	4,1	1289	4,2	1513	4,8	16433	5,7	20912	7,2	26620	8,9	32774	10,9	38268	13,4	49796	17,0	62599	21,4	25794	324321	21,4	25794	324321	
Norte	203	1185	3,7	1269	4,1	1289	4,2	1513	4,8	16433	5,7	20912	7,2	26620	8,9	32774	10,9	38268	13,4	49796	17,0	62599	21,4	25794	324321	21,4	25794	324321		
Roraima	56	26	1,0	38	1,5	54	2,1	84	3,0	89	3,4	89	3,4	112	4,1	181	6,6	181	6,6	240	9,0	287	10,4	337	12,3	169	1854	12,3	169	1854
Acre	80	55	3,1	63	3,7	42	2,5	93	5,2	91	5,4	54	3,1	110	6,4	227	13,2	302	17,8	326	20,7	425	26,0	619	37,8	269	2702	37,8	269	2702
Amazonas	546	209	2,8	235	3,1	201	2,7	230	3,0	286	3,7	201	2,7	417	5,3	484	6,0	959	12,0	1358	17,7	1575	20,2	1888	20,3	873	8961	20,3	873	8961
Roraima	55	29	2,9	27	2,8	21	2,2	21	2,1	66	6,2	66	6,2	79	7,3	70	6,3	100	8,8	133	11,7	87	7,4	194	16,5	107	989	16,5	107	989
Pará	904	644	4,3	673	4,7	764	5,4	897	6,3	805	5,8	805	5,8	986	7,1	1225	8,5	1391	9,7	1405	10,2	1729	12,5	2039	14,7	962	14424	14,7	962	14424
Amapá	74	134	8,9	153	10,7	96	6,4	79	5,2	39	2,6	39	2,6	142	9,0	149	9,2	138	8,8	166	10,7	215	14,0	273	17,7	179	1837	17,7	179	1837
Tocantins	298	88	3,4	80	3,2	111	4,5	109	4,4	123	5,0	123	5,0	107	4,4	142	5,7	199	7,9	250	10,5	436	17,5	625	25,1	264	2832	25,1	264	2832
Nordeste	3548	1771	2,0	1983	2,3	2666	2,8	3194	3,8	3584	4,3	4253	5,2	5137	6,2	5960	7,0	6960	8,3	6960	8,3	9211	11,3	14705	18,0	5657	67961	18,0	5657	67961
Maranhão	530	236	1,8	232	1,9	237	2,0	275	2,3	224	1,9	237	2,0	359	3,1	630	5,4	821	7,0	757	6,9	1032	9,1	1878	16,6	780	7991	16,6	780	7991
Piauí	203	66	1,3	63	1,2	85	1,7	99	2,0	131	2,7	230	5,0	206	4,3	256	5,2	256	5,2	315	6,7	447	9,2	730	15,0	318	3149	15,0	318	3149
Ceará	600	229	1,7	339	2,6	448	3,5	567	4,4	682	5,4	682	5,4	652	5,2	711	5,5	831	6,3	953	7,5	1310	10,3	2149	16,8	949	10420	16,8	949	10420
Rio Grande do Norte	161	105	2,1	120	2,5	164	3,4	173	3,6	229	4,9	151	3,2	208	4,3	215	4,4	215	4,4	251	5,5	424	9,2	794	17,2	375	3370	17,2	375	3370
Paraíba	369	158	2,5	154	2,6	175	3,0	302	5,1	298	5,2	418	7,4	300	5,2	369	6,2	369	6,2	444	7,8	691	12,1	1238	11589	12,1	1238	11589		
Pernambuco	476	344	2,4	337	2,4	372	2,7	480	3,4	547	3,9	663	4,7	752	5,2	834	5,8	893	6,8	893	6,8	1651	12,1	3002	22,1	1238	11589	22,1	1238	11589
Alagoas	581	205	3,5	161	2,9	184	3,4	200	3,7	190	3,6	203	3,9	280	5,4	316	6,0	316	6,0	371	7,7	595	11,8	950	18,9	298	4534	18,9	298	4534
Sergipe	324	136	3,7	113	3,2	178	5,2	312	8,9	326	9,6	260	7,6	303	8,8	341	9,8	341	9,8	305	9,5	447	13,2	645	19,0	338	4028	19,0	338	4028
Bahia	304	292	1,3	464	2,1	523	2,5	786	3,7	957	4,6	957	4,6	1317	6,5	1747	8,6	1977	9,6	2495	12,5	2808	13,8	3866	18,9	963	18499	18,9	963	18499
Sudeste	2433	2620	2,3	3175	2,8	4218	3,8	6364	5,6	7996	6,9	10039	8,7	12873	10,9	14937	12,5	18110	16,1	23848	20,7	28103	24,4	11377	146093	24,4	11377	146093		
Minas Gerais	289	237	0,9	306	1,2	362	1,4	550	2,1	871	3,3	1138	4,4	1698	6,4	2410	9,0	2605	10,3	2605	10,3	3667	14,1	4851	18,6	1890	20874	18,6	1890	20874
Espírito Santo	199	152	2,9	140	2,7	250	4,8	383	7,2	503	9,5	692	12,8	777	13,7	1090	19,1	1279	23,9	1279	23,9	1516	27,1	1786	32,0	696	9463	32,0	696	9463
Rio de Janeiro	631	794	3,7	927	4,3	1435	6,7	2199	10,0	2726	12,2	3192	14,2	4012	17,2	4306	18,2	5804	26,5	7942	35,6	9234	41,4	4006	47208	41,4	4006	47208		
São Paulo	1314	1437	2,4	1802	3,0	2171	3,6	3232	5,3	3896	6,3	5017	8,2	6386	10,2	7131	11,2	8422	14,0	10723	17,5	12232	20,0	4785	68548	20,0	4785	68548		
Sul	1513	686	1,8	841	2,3	1009	2,7	1438	3,8	1944	5,1	2746	7,1	3845	9,7	5996	14,7	6996	17,3	8009	20,1	9153	23,0	3821	47796	23,0	3821	47796		
Paraná	586	171	1,1	244	1,6	339	2,2	555	3,6	683	4,4	999	6,4	1324	8,3	1851	11,5	2269	14,6	2572	16,3	2836	18,0	1240	15669	18,0	1240	15669		
Santa Catarina	301	133	1,6	168	2,0	204	2,4	253	2,9	318	3,6	523	5,8	766	8,2	1234	12,7	1397	14,7	1790	18,2	2268	23,1	834	10189	23,1	834	10189		
Rio Grande do Sul	626	382	2,8	429	3,2	466	3,5	630	4,6	943	6,8	1224	8,7	1755	12,2	2911	19,6	3129	22,1	3647	25,8	4049	28,6	1747	21958	28,6	1747	21958		
Centro-Oeste	2090	1039	4,7	1103	5,0	1174	5,3	1234	5,4	1404	6,1	1913	8,2	2272	9,3	2596	10,5	2883	12,3	3959	16,2	4953	20,3	2112	28732	20,3	2112	28732		
Mato Grosso do Sul	1428	503	12,2	557	13,8	514	12,8	520	12,3	547	12,9	682	16,1	849	19,3	956	21,7	1074	25,3	1430	32,0	1621	36,2	589	11270	36,2	589	11270		
Mato Grosso	214	141	2,8	167	3,4	232	4,7	233	4,5	235	4,6	293	5,5	329	5,8	333	5,9	385	7,2	385	7,2	624	10,9	782	13,7	310	4278	13,7	310	4278
Goiás	273	313	3,6	303	3,5	335	3,8	375	4,2	540	5,8	814	8,6	915	9,2	1032	10,3	1092	10,3	1092	10,3	1513	15,5	2008	20,6	957	10470	20,6	957	10470
Distrito Federal	175	82	1,9	76	1,7	93	2,1	106	2,4	82	1,9	124	2,8	179	4,0	275	6,0	332	7,7	392	8,8	542	12,2	256	2714	12,2	256	2714		

Fonte: MS/SVS/ Sistema de Informação de Agravos de Notificação.
 Notas: (1) Casos notificados no Sinan até 30/06/2019. (2) Notificação compulsória a partir de julho de 2005. (3) Dados preliminares para os últimos 5 anos. (4) Para o cálculo da taxa de 2018, utilizou-se o número de nascidos vivos de 2017.

Tabela 5 - Casos de gestantes com sífilis segundo idade gestacional, faixa etária, escolaridade e raça por ano de diagnóstico. Brasil, 2005-2019^(1,2)

Variáveis	2005-2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		Total	
	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%
Idade gestacional																												
1 ^a trimestre	1425	12,2	1479	20,2	1750	20,9	2181	21,7	3170	23,1	3808	23,2	5351	25,6	7690	28,9	10559	32,2	14207	37,1	19792	39,7	24390	39,0	9962	38,6	105764	32,6
2 ^a trimestre	2166	18,6	2441	33,4	2706	32,3	3297	32,8	4314	31,4	5097	31,0	6648	31,8	8162	30,7	9767	29,8	11000	28,7	13897	27,9	15771	25,2	6573	25,5	91839	28,3
3 ^a trimestre	2274	19,5	2750	37,6	3246	38,8	3817	37,9	5157	37,5	6190	37,7	7372	35,3	8867	33,3	10469	31,9	10751	28,1	13388	26,9	16530	29,6	7532	29,2	100343	30,9
Idade gestacional ignorada	694	6,0	637	8,7	674	8,0	764	7,6	1107	8,1	1338	8,1	1541	7,4	1901	7,1	1975	6,0	2235	5,8	2554	5,1	3612	5,8	1666	6,5	20698	6,4
Ignorado	5075	43,6	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,0	75	0,2	165	0,3	296	0,5	61	0,2	5677	1,8
Total	11634	100,0	7308	100,0	8376	100,0	10059	100,0	13748	100,0	16433	100,0	20912	100,0	26620	100,0	32774	100,0	38268	100,0	49796	100,0	62599	100,0	25794	100,0	324321	100,0
Faixa etária																												
10 a 14 anos	146	1,3	88	1,2	111	1,3	167	1,7	205	1,5	262	1,6	328	1,6	372	1,4	450	1,4	57	0,1	622	1,2	709	1,1	271	1,1	4248	1,3
15 a 19 anos	2114	18,2	1318	18,0	1651	19,7	2112	21,0	3094	22,5	3968	24,1	5343	25,5	6990	26,3	8534	26,0	9931	26,0	12931	26,0	15587	24,9	6393	24,8	79966	24,7
20 a 29 anos	6225	53,5	3969	54,3	4453	53,2	5229	52,0	6990	50,8	8275	50,4	10547	50,4	13407	50,4	16859	51,4	20074	52,5	26251	52,7	33677	53,8	14159	54,9	170115	52,5
30 a 39 anos	2719	23,4	1719	23,5	1909	22,8	2274	22,6	3057	22,2	3525	21,5	4262	20,4	5290	19,9	6263	19,1	6986	18,3	8967	18,0	11399	18,2	4463	17,3	62833	19,4
40 ou mais	395	3,4	214	2,9	249	3,0	274	2,7	402	2,9	400	2,4	427	2,0	553	2,1	668	2,0	739	1,9	985	2,0	1211	1,9	501	1,9	7018	2,2
Ignorado	6	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	6	0,0	6	0,0	0	0,0	19	0,0
Total⁽¹⁾	11605	99,8	7308	100,0	8373	100,0	10056	100,0	13748	100,0	16430	100,0	20907	100,0	26612	100,0	32774	100,0	38248	99,9	49762	99,9	62589	100,0	25787	100,0	324199	100,0
Escolaridade⁽²⁾																												
Analfabeto	140	1,2	152	2,1	147	1,8	150	1,5	177	1,3	161	1,0	165	0,8	224	0,8	204	0,6	245	0,6	529	1,1	492	0,8	128	0,5	2914	0,9
1 ^a a 4 ^a série incompleta	874	7,5	910	12,5	964	11,5	951	9,5	1178	8,6	1348	8,2	1420	6,8	1659	6,2	1888	5,8	1911	5,0	2108	4,2	2508	4,0	903	3,5	18622	5,7
4 ^a série completa	561	4,8	567	7,8	634	7,6	680	6,8	832	6,1	895	5,4	924	4,4	1134	4,3	1297	4,0	1420	3,7	1701	3,4	1915	3,1	861	3,3	13421	4,1
5 ^a a 8 ^a série incompleta	1531	13,2	1541	21,1	1816	21,7	2174	21,6	3025	22,0	3498	21,3	4279	20,5	5531	20,8	6508	19,9	7710	20,1	9691	19,5	11797	18,8	4692	18,2	63793	19,7
Ensino fundamental completo	652	5,6	684	9,4	775	9,3	916	9,1	1223	8,9	1543	9,4	1921	9,2	2396	9,0	3184	9,7	3706	9,7	4981	10,0	6235	10,0	2570	10,0	30786	9,5
Ensino médio incompleto	450	3,9	582	8,0	742	8,9	977	9,7	1336	9,7	1789	10,9	2561	12,2	3373	12,7	4564	13,9	5543	14,5	7498	15,1	9296	14,9	3926	15,2	42637	13,1
Ensino médio completo	465	4,0	600	8,2	858	10,2	1092	10,9	1539	11,2	1954	11,9	2865	13,7	3919	14,7	5009	15,3	6199	16,2	9050	18,2	12055	19,3	5310	20,6	50915	15,7
Ensino superior incompleto	36	0,3	34	0,5	44	0,5	85	0,8	102	0,7	130	0,8	192	0,9	266	1,0	391	1,2	468	1,2	745	1,5	911	1,5	384	1,5	3788	1,2
Ensino superior completo	21	0,2	23	0,3	51	0,6	47	0,5	72	0,5	96	0,6	140	0,7	217	0,8	257	0,8	351	0,9	542	1,1	715	1,1	313	1,2	2845	0,9
Não se aplica	3	0,0	0	0,0	3	0,0	3	0,0	0	0,0	3	0,0	5	0,0	9	0,0	0	0,0	0	0,0	19	0,0	16	0,0	10	0,0	91	0,0
Ignorado	6901	59,3	2215	30,3	2342	28,0	2984	29,7	4264	31,0	5016	30,5	6440	30,8	7892	29,6	9472	28,9	10695	27,9	12932	26,0	16659	26,6	6697	26,0	94509	29,1
Total	11634	100,0	7308	100,0	8376	100,0	10059	100,0	13748	100,0	16433	100,0	20912	100,0	26620	100,0	32774	100,0	38268	100,0	49796	100,0	62599	100,0	25794	100,0	324321	100,0
Raça/cor																												
Branca	3239	27,8	2170	29,7	2497	29,8	2962	29,4	3923	28,5	4766	29,0	6248	29,9	8005	30,1	10117	30,9	11799	30,8	15285	30,7	17893	28,6	7376	28,6	96280	29,7
Preta	1139	9,8	822	11,2	1079	12,9	1219	12,1	1785	13,0	2098	12,8	2483	11,9	3360	12,6	3972	12,1	4785	12,5	6317	12,7	7637	12,2	3013	11,7	39709	12,2
Amarela	178	1,5	58	0,8	98	1,2	67	0,7	108	0,8	135	0,8	186	0,9	203	0,8	262	0,8	323	0,8	459	0,9	604	1,0	255	1,0	2936	0,9
Parda	4998	43,0	3324	45,5	3793	45,3	4703	46,8	6359	46,3	7633	46,4	9713	46,4	12443	46,7	18313	46,7	18031	47,1	24186	48,6	31786	50,8	13310	51,6	155992	48,0
Indígena	271	2,3	166	2,3	174	2,1	149	1,5	149	1,1	133	0,8	130	0,6	152	0,6	226	0,7	227	0,6	266	0,5	330	0,5	147	0,6	2520	0,8
Ignorado	1809	15,5	768	10,5	735	8,8	959	9,5	1424	10,4	1668	10,2	2152	10,3	2457	9,2	2884	8,8	3103	8,1	3283	6,6	4349	6,9	1693	6,6	27284	8,4
Total	11634	100,0	7308	100,0	8376	100,0	10059	100,0	13748	100,0	16433	100,0	20912	100,0	26620	100,0	32774	100,0	38268	100,0	49796	100,0	62599	100,0	25794	100,0	324321	100,0

Fonte: IMS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.
 Notas: (1) Casos notificados no Siman até 30/06/2019. (2) Dados preliminares para os últimos 5 anos. (3) A partir de 2007, houve alterações para as categorias dessa variável. (4) Não foram considerados casos em menores de 10 anos.

Tabela 6 - Casos de gestantes com sífilis segundo UF de residência, esquema de tratamento prescrito⁽¹⁾ e ano de diagnóstico. Brasil, 2016 a 2018.

UF/Região de residência	2016												2017												2018											
	Prescrição conforme classificação clínica ⁽²⁾				Outro esquema				Não realizado				Ignorado				Prescrição penicilina ⁽³⁾				Prescrição conforme classificação clínica ⁽²⁾				Outro esquema				Não realizado				Ignorado			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Brasil⁽⁴⁾	34.079	891	30520	79,8	807	2,1	1787	4,7	1595	4,2	44.841	90,0	40.406	81,1	1001	2,0	2296	4,6	1658	3,3	56066	89,6	50778	81,1	1059	1,7	3280	5,2	2194	3,5						
Norte	3454	891	3002	77,4	99	2,6	170	4,4	155	4,0	4338	91,2	3779	79,5	100	2,1	164	3,4	152	3,2	5244	92,4	4640	81,8	78	1,4	225	4,0	128	2,3						
Roraima	205	854	172	71,7	5	2,1	24	10,0	6	2,5	266	92,7	235	81,9	3	1,0	16	5,6	2	0,7	318	94,4	289	85,8	2	0,6	12	3,6	5	1,5						
Acre	313	96,0	294	90,2	3	0,9	7	2,1	3	0,9	410	96,5	356	83,8	1	0,2	5	1,2	9	2,1	593	95,8	514	83,0	4	0,6	15	2,4	7	1,1						
Amazonas	1272	93,7	1092	80,4	7	0,5	31	2,3	48	3,5	1482	94,1	1342	85,2	11	0,7	41	2,6	41	2,6	1496	94,2	1359	85,6	7	0,4	69	4,3	16	1,0						
Roraima	115	86,5	95	71,4	8	6,0	5	3,8	5	3,8	79	90,8	70	80,5	3	3,4	1	1,1	4	4,6	185	95,4	151	77,8	1	0,5	5	2,6	3	1,5						
Pará	1178	83,8	1024	72,9	65	4,6	84	6,0	78	5,6	1503	86,9	1265	73,2	74	4,3	70	4,0	82	4,7	1839	90,2	1628	79,8	50	2,5	75	3,7	75	3,7						
Amapá	137	82,5	118	71,1	4	2,4	13	7,8	12	7,2	197	91,6	169	78,6	2	0,9	8	3,7	8	3,7	239	87,5	197	72,2	3	1,1	21	7,7	10	3,7						
Tocantins	234	93,6	207	82,8	7	2,8	6	2,4	3	1,2	401	92,0	342	78,4	6	1,4	23	5,3	6	1,4	574	91,8	502	80,3	11	1,8	28	4,5	12	1,9						
Nordeste	5723	86,8	4782	72,5	162	2,5	287	4,4	420	6,4	8036	87,2	6948	75,4	371	4,0	386	4,2	418	4,5	12740	86,6	11064	75,2	366	2,5	944	6,4	655	4,5						
Maranhão	540	71,3	446	58,9	37	4,9	32	4,2	148	19,6	789	76,5	682	66,1	163	15,8	39	3,8	41	4,0	1585	84,4	1313	69,9	165	8,8	85	4,5	43	2,3						
Piauí	284	90,2	243	77,1	9	2,9	20	6,3	2	0,6	426	95,3	385	86,1	3	0,7	15	3,4	3	0,7	659	90,3	580	79,5	4	0,5	53	7,3	14	1,9						
Ceará	868	91,1	778	81,6	28	2,9	33	3,5	24	2,5	1185	90,5	1072	81,8	24	1,8	74	5,6	27	2,1	1891	88,0	1730	80,5	29	1,3	166	7,7	63	2,9						
Rio Grande do Norte	223	88,8	171	68,1	7	2,8	7	2,8	14	5,6	370	87,3	323	76,2	17	4,0	14	3,3	23	5,4	690	86,9	593	74,7	22	2,8	51	6,4	31	3,9						
Pernambuco	223	88,5	196	77,8	8	3,2	12	4,8	9	3,6	425	85,5	351	70,6	22	4,4	23	4,6	27	5,4	591	85,5	508	73,5	14	2,0	51	7,4	35	5,1						
Alagoas	737	82,5	587	65,7	29	3,2	38	4,3	89	10,0	1401	84,9	1141	69,1	61	3,7	75	4,5	114	6,9	2528	84,2	2131	71,0	43	1,4	253	8,4	178	5,9						
Sergipe	319	86,0	282	76,0	6	1,6	14	3,8	32	8,6	497	83,5	446	75,0	13	2,2	28	4,7	57	9,6	809	85,2	707	74,4	19	2,0	44	4,6	78	8,2						
Bahia	295	96,7	282	92,5	5	1,6	2	0,7	3	1,0	440	98,4	427	95,5	1	0,2	4	0,9	2	0,4	609	94,4	583	90,4	7	1,1	23	3,6	6	0,9						
Sudeste	2234	89,5	1797	72,0	33	1,3	129	5,2	99	4,0	2503	89,1	2121	75,5	67	2,4	114	4,1	124	4,4	3378	87,4	2919	75,5	63	1,6	218	5,6	207	5,4						
Minas Gerais	16613	91,7	15289	84,4	305	1,7	721	4,0	471	2,6	21958	92,1	20193	84,7	338	1,4	1041	4,4	511	2,1	25720	91,5	23277	84,4	411	1,5	1258	4,5	714	2,5						
Espírito Santo	2109	81,0	1689	64,8	115	4,4	219	8,4	162	6,2	3085	84,1	2571	70,1	141	3,8	328	8,9	113	3,1	4146	85,5	3502	72,2	185	3,8	354	7,3	166	3,4						
Rio de Janeiro	1097	85,8	991	77,5	23	1,8	107	8,4	52	4,1	1319	87,0	1205	79,5	20	1,3	124	8,2	53	3,5	1546	86,6	1428	80,0	25	1,4	140	7,8	75	4,2						
São Paulo	5472	94,3	5138	88,5	40	0,7	125	2,2	167	2,9	7422	93,5	6812	85,8	61	0,8	235	3,0	224	2,8	8670	93,9	8059	87,3	45	0,5	238	2,6	281	3,0						
Sul	7955	94,2	7471	88,7	127	1,5	270	3,2	90	1,1	10132	94,5	9605	89,6	116	1,1	354	3,3	121	1,1	11358	92,9	10738	87,8	156	1,3	526	4,3	192	1,6						
Paraná	5751	84,6	5215	76,7	172	2,5	491	7,2	381	5,6	6946	86,7	6313	78,8	137	1,7	546	6,8	380	4,7	7935	86,7	7311	79,9	142	1,6	614	6,7	462	5,0						
Santa Catarina	2032	89,6	1867	82,3	33	1,5	179	7,9	25	1,1	2359	91,7	2211	86,0	25	1,0	174	6,8	14	0,5	2614	92,2	2463	86,8	25	0,9	171	6,0	26	0,9						
Rio Grande do Sul	1277	91,4	1168	83,6	25	1,8	72	5,2	23	1,6	1661	92,8	1529	85,4	18	1,0	76	4,2	35	2,0	2064	91,0	1921	84,7	26	1,1	123	5,4	55	2,4						
Centro-Oeste	2442	78,0	2180	69,7	114	3,6	240	7,7	333	10,6	2926	80,2	2573	70,6	94	2,6	296	8,1	331	9,1	3257	80,4	2927	72,3	91	2,2	320	7,9	381	9,4						
Mato Grosso do Sul	2529	87,7	2223	77,1	69	2,4	118	4,1	167	5,8	3548	89,6	3162	79,9	55	1,4	159	4,0	197	5,0	4417	89,2	4027	81,3	62	1,3	239	4,8	235	4,7						
Mato Grosso	898	83,6	821	76,4	11	1,0	65	6,1	100	9,3	1261	88,2	1169	81,7	6	0,4	52	3,6	111	7,8	1436	88,6	1338	82,5	10	0,6	54	3,3	121	7,5						
Goiás	353	91,7	300	77,9	16	4,2	9	2,3	7	1,8	575	92,1	508	81,4	20	3,2	20	3,2	9	1,4	723	92,5	644	82,4	9	1,2	36	4,6	14	1,8						
Distrito Federal	990	90,7	844	77,3	35	3,2	34	3,1	33	3,0	1385	91,5	1184	78,3	25	1,7	79	5,2	24	1,6	1825	90,9	1656	82,5	37	1,8	96	4,8	50	2,5						
	288	86,7	258	77,7	7	2,1	10	3,0	27	8,1	327	83,4	301	76,8	4	1,0	8	2,0	53	13,5	433	79,9	389	71,8	6	1,1	53	9,8	50	9,2						

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.
 Notas: (1) Casos notificados no Sinan até 30/06/2019. (2) Tratamento prescrito com pelo menos 1 dose de penicilina benzatina, independentemente da forma clínica. (3) Tratamento prescrito conforme classificação clínica, pelo menos 1 dose para sífilis primária ou secundária e 3 doses para sífilis terciária, latente ou ignorada. (4) 50 casos ignorados em relação à UF.

Tabela 7 - Casos de gestantes com sífilis segundo classificação clínica e ano de diagnóstico. Brasil, 2007 a 2019^(1,2)

Classificação clínica	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sífilis primária	2647	22,8	2869	39,3	3274	39,1	3781	37,6	4852	35,3	5686	34,6	6800	32,5	8510	32,0	10102	30,8	11151	29,1	14097	28,3	16574	26,5	6576	25,5	96919	29,9
Sífilis secundária	556	4,8	592	8,1	705	8,4	766	7,6	907	6,6	1103	6,7	1308	6,3	1663	6,2	1899	5,8	2156	5,6	2615	5,3	3167	5,1	1319	5,1	18756	5,8
Sífilis terciária	410	3,5	414	5,7	562	6,7	809	8,0	1100	8,0	1334	8,1	2199	10,5	3000	11,3	3502	10,7	4111	10,7	5388	10,8	6081	9,7	2263	8,8	31773	9,6
Sífilis latente	929	8,0	1155	15,8	1165	13,9	1478	14,7	2342	17,0	3203	19,5	4414	21,1	5999	22,5	8090	24,7	10614	27,7	15175	30,5	21238	33,9	9230	35,8	85032	26,2
Ignorado	7092	61,0	2278	31,2	2670	31,9	3225	32,1	4547	33,1	5107	31,1	6191	29,6	7448	28,0	9181	28,0	10236	26,7	12521	25,1	15539	24,8	6406	24,8	92441	28,5
Total	11634	100,0	7308	100,0	8376	100,0	10059	100,0	13748	100,0	16433	100,0	20912	100,0	26620	100,0	32774	100,0	38268	100,0	49796	100,0	62599	100,0	25794	100,0	324321	100,0

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Nota: (1) Casos notificados no Sinan até 30/06/2019. (2) Dados preliminares para últimos 5 anos.

Tabela 8 - Casos notificados de sífilis congênita em menores de um ano de idade (número e taxa de incidência por 1.000 nascidos vivos), segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2019^(1,2)

UF de residência	1998-2005		2006		2007		2008		009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018 ⁽³⁾		2019		Total
	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	
Brasil	29472	5904	2,0	5555	1,9	5745	2,0	6042	2,1	6949	2,4	9493	3,3	11635	4,0	13973	4,8	16311	5,5	19647	6,5	21254	7,4	24933	8,5	26219	9,0	11759	9,0	214891	
Norte	2084	643	2,0	740	2,4	751	2,3	676	2,2	638	2,1	806	2,1	892	2,9	1080	3,4	1229	3,8	1423	4,4	1742	5,7	2183	7,0	2213	7,1	1019	7,1	18119	
Rorônia	26	9	0,4	7	0,3	11	0,4	9	0,3	19	0,7	33	1,2	47	1,8	56	2,1	73	2,6	93	3,3	89	3,3	114	4,1	118	4,3	44	4,4	748	
Acre	29	68	4,1	118	7,3	60	3,3	35	2,1	18	1,1	22	1,2	35	2,1	71	4,2	90	5,3	68	4,0	67	4,2	77	4,7	98	6,0	41	8,97	897	
Amazonas	357	183	4,4	146	2,0	178	2,4	146	1,9	99	1,3	124	1,6	161	2,1	171	2,2	162	2,0	312	3,9	498	6,5	802	10,3	775	9,9	387	4501		
Roraima	52	17	1,8	23	2,4	18	1,8	15	1,6	50	5,1	27	2,7	40	3,8	45	4,2	17	1,5	14	1,2	22	1,9	25	2,1	58	4,9	32	4,55		
Pará	883	240	1,6	274	1,8	331	2,2	329	2,3	310	2,2	436	3,1	428	3,1	505	3,6	687	4,8	666	4,6	748	5,4	801	5,8	790	5,7	356	778,4		
Amapá	427	59	4,0	93	6,4	79	5,2	88	6,2	75	5,0	73	4,8	87	5,8	100	6,4	41	2,5	41	2,6	70	4,5	77	5,0	92	6,0	56	14,58		
Tocantins	310	67	2,6	79	3,2	74	2,9	54	2,2	67	2,7	91	3,6	94	3,9	132	5,5	159	6,4	229	9,1	248	10,4	287	11,5	282	11,3	103	22,76		
Nordeste	8109	2242	2,5	1866	2,1	1892	2,1	2045	2,4	2313	2,7	3229	3,8	3778	4,5	4488	5,5	5073	6,1	6004	7,1	5935	7,5	6952	8,5	7877	9,6	3188	64,991		
Maranhão	918	297	2,3	150	1,2	203	1,6	143	1,2	117	1,0	186	1,5	238	2,1	270	2,3	293	2,5	431	3,7	440	4,0	427	3,8	842	7,5	329	528,4		
Piauí	271	28	0,5	34	0,6	15	0,3	15	0,3	30	0,6	40	0,8	86	1,8	127	2,7	156	3,3	394	8,0	377	8,0	433	8,9	498	10,3	208	2652		
Ceará	689	423	3,1	447	3,3	535	4,0	630	4,8	652	5,1	883	6,9	923	7,3	987	7,9	1091	8,5	1147	8,7	1146	9,1	1300	10,2	1350	10,6	595	127,98		
Rio Grande do Norte	451	141	2,9	124	2,6	177	3,6	178	3,6	200	4,2	261	5,4	286	6,1	277	5,9	283	5,9	436	8,9	352	7,8	451	9,8	579	12,5	296	44,92		
Pernambuco	395	133	2,2	90	1,5	68	1,1	85	1,4	115	2,0	167	2,8	212	3,7	194	3,4	252	4,4	318	5,4	85	1,5	393	6,8	383	6,7	205	30,95		
Pernambuco	3732	637	4,4	589	4,1	392	2,7	429	3,0	495	3,6	684	4,9	765	5,4	1017	7,2	1285	9,0	1359	9,4	1517	11,6	1920	14,1	1941	14,3	778	1754,0		
Alagoas	493	301	5,2	144	2,5	184	3,2	180	3,2	217	4,0	324	6,0	368	7,0	409	7,8	413	8,0	385	7,4	320	6,6	343	6,8	440	8,7	210	47,31		
Sergipe	355	64	1,7	98	2,7	111	3,0	122	3,5	169	5,0	227	6,5	336	9,9	381	11,1	380	11,1	368	10,5	312	9,7	316	9,3	327	9,7	248	381,4		
Bahia	865	218	1,0	190	0,9	207	0,9	263	1,2	318	1,5	457	2,1	564	2,7	826	4,1	920	4,5	1166	5,6	1386	6,9	1369	6,7	1517	7,4	319	103,85		
Sudeste	15614	2297	2,0	2307	2,1	2384	2,1	2466	2,2	2995	2,7	4135	3,6	5258	4,6	6066	5,3	7158	6,1	8318	7,0	9197	8,2	10824	9,4	11134	9,7	5200	95353		
Minas Gerais	565	147	0,6	176	0,7	195	0,7	197	0,8	228	0,9	309	1,2	505	1,9	641	2,5	943	3,5	1416	5,3	1463	5,8	1804	6,9	2436	9,3	1178	12203		
Espírito Santo	1562	170	3,3	159	3,1	101	1,9	95	1,8	156	3,0	169	3,2	272	5,1	333	6,2	378	6,7	511	9,0	598	11,2	641	11,5	560	10,0	243	5948		
Rio de Janeiro	7341	1192	5,5	1168	5,4	1253	5,8	1385	6,4	1459	6,8	2174	9,9	2566	11,5	2719	12,1	2863	12,3	2980	12,6	3467	15,8	4309	19,3	4171	18,7	2011	41058		
São Paulo	6146	788	1,3	804	1,4	835	1,4	789	1,3	1152	1,9	1483	2,4	1915	3,1	2373	3,9	2974	4,8	3411	5,4	3669	6,1	4070	6,7	3967	6,5	1768	36144		
Sul	1830	338	0,9	386	1,1	405	1,1	549	1,5	659	1,8	922	2,4	1165	3,1	1576	4,1	1919	4,8	2772	6,8	3143	8,0	3563	9,0	3524	8,9	1602	24343		
Paraná	451	89	0,6	88	0,6	73	0,5	105	0,7	147	1,0	215	1,4	304	2,0	384	2,5	468	2,9	645	4,0	727	4,7	865	5,5	871	5,5	414	5846		
Santa Catarina	175	34	0,4	40	0,5	31	0,4	49	0,6	74	0,9	99	1,1	98	1,1	219	2,4	274	2,9	475	4,9	553	5,8	676	6,9	685	7,0	330	3812		
Rio Grande do Sul	1204	215	1,5	258	1,9	301	2,2	395	3,0	438	3,3	608	4,4	763	5,5	973	6,9	1167	8,1	1652	11,1	1863	13,2	2022	14,3	1968	13,9	858	14685		
Centro-Oeste	1774	381	1,7	255	1,2	310	1,4	303	1,4	341	1,5	395	1,7	541	2,3	761	3,2	940	3,8	1122	4,5	1232	5,2	1409	5,8	1469	6,0	746	1197,9		
Mato Grosso do Sul	336	118	3,0	50	1,3	103	2,5	123	3,1	106	2,6	111	2,6	183	4,3	218	5,2	248	5,6	320	7,2	395	9,3	437	9,8	335	7,5	142	32,25		
Mato Grosso	115	60	1,2	68	1,4	61	1,2	44	0,9	68	1,4	58	1,1	116	2,3	162	3,1	182	3,2	211	3,7	199	3,7	257	4,5	204	3,6	98	1903		
Goiás	606	80	0,9	60	0,7	78	0,9	68	0,8	74	0,8	107	1,2	118	1,3	231	2,4	336	3,4	390	3,9	421	4,4	435	4,5	543	5,6	318	3865		
Distrito Federal	717	123	2,7	77	1,7	68	1,5	68	1,5	93	2,1	119	2,7	124	2,9	150	3,4	174	3,9	201	4,4	217	5,0	280	6,3	387	8,7	188	2986		

Fonte: MS/SIS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.
 Notas: (1) Casos notificados no Sian até 30/06/2019. (2) Dados preliminares para últimos 5 anos. (3) Para o cálculo da taxa, utilizou-se o número de nascidos vivos de 2017.

Tabela 9 - Casos notificados de sífilis congênita (número e percentual), segundo características dos casos por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2019^(1,2)

Brasil	1998-2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%		
Idade da criança																																
Menos de 7 dias	25495	56,2	92,5	52,9	93,3	54,6	94,6	57,86	95,3	66,48	95,4	91,59	96,2	112,35	96,2	136,99	96,4	157,56	96,3	190,03	96,4	208,27	96,2	241,91	96,7	254,56	96,8	11,396	96,4	204,324	94,5	
7 a 27 dias	24600	23,3	3,9	18,9	3,4	13,8	2,4	11,8	1,9	16,3	2,3	18,8	2,0	20,7	1,8	23,1	1,6	27,0	1,7	33,7	1,7	35,6	1,7	37,5	1,5	43,3	1,6	23,5	2,0	593,3	2,7	
28 a 364 dias	1517	1,9	3,0	14,7	2,6	14,5	2,5	13,8	2,3	13,8	2,0	14,6	1,5	19,3	1,7	24,3	1,7	28,5	1,7	30,7	1,6	37,1	1,7	36,7	1,5	33,0	1,3	12,8	1,1	463,4	2,1	
1 ano	111	0,2	4	0,1	11	0,2	12	0,2	12	0,2	7	0,1	13	0,1	21	0,2	27	0,2	18	0,1	35	0,2	37	0,2	34	0,1	28	0,1	32	0,3	399	0,2
2 a 4 anos	91	5	0,1	13	0,2	8	0,1	6	0,1	5	0,1	9	0,1	12	0,1	5	0,0	18	0,1	28	0,1	28	0,1	21	0,1	18	0,1	12	0,1	279	0,1	
5 a 12 anos	48	11	0,2	23	0,4	8	0,1	12	0,2	5	0,1	7	0,1	11	0,1	4	0,0	7	0,0	9	0,0	12	0,1	15	0,1	25	0,1	11	0,1	208	0,1	
Ignorada	337	11	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	0,0	18	0,1	11	0,1	383	0,2	
Total	30059	100,0	5595	100,0	5772	100,0	6072	100,0	6072	100,0	6966	100,0	9522	100,0	11679	100,0	14009	100,0	16354	100,0	19719	100,0	21331	100,0	25009	100,0	26308	100,0	11825	100,0	216160	100,0
Diagnóstico final																																
Sífilis congênita recente	27921	59,5	92,8	47,62	85,1	50,19	87,0	55,31	91,1	63,61	91,3	86,91	91,3	106,24	91,0	129,71	92,6	150,82	92,2	182,77	92,7	198,91	93,2	232,70	93,0	246,26	93,6	11,150	94,3	199,691	92,4	
Sífilis congênita tardia	513	1,5	0,3	2,5	0,4	5,6	1,0	7,9	1,3	3,2	0,5	16	0,2	2,5	0,2	10	0,1	2,5	0,2	3,9	0,2	4,0	0,2	3,9	0,2	4,7	0,2	2,6	0,2	98,7	0,5	
Aborto por sífilis	1623	3,97	6,7	9,7	1,7	15,7	2,7	24,7	4,1	27,8	4,0	37,5	3,9	45,6	3,9	47,3	3,4	62,8	3,8	70,8	3,6	73,9	3,5	89,4	3,6	89,5	3,4	3,64	3,1	833,1	3,9	
Natimorto por sífilis	2	13	0,2	711	12,7	540	9,4	215	3,5	295	4,2	440	4,6	574	4,9	555	4,0	619	3,8	695	3,5	661	3,1	806	3,2	740	2,8	285	2,4	775,1	3,3	
Total	30059	100,0	5595	100,0	5772	100,0	6072	100,0	6072	100,0	6966	100,0	9522	100,0	11679	100,0	14009	100,0	16354	100,0	19719	100,0	21331	100,0	25009	100,0	26308	100,0	11825	100,0	216160	100,0
Evolução do caso																																
Vivo	-	-	-	-	-	-	-	5171	85,2	5938	85,2	8035	84,4	9895	84,7	12064	86,1	14014	85,7	17023	86,3	18564	87,0	21775	87,1	23313	88,6	10586	89,5	155864	86,5	
Óbito por sífilis congênita	-	-	-	-	-	-	-	145	2,4	141	2,0	225	2,4	248	2,1	243	1,7	276	1,7	378	1,9	300	1,4	368	1,5	345	1,3	121	1,0	3289	1,8	
Óbito por outras causas	-	-	-	-	-	-	-	42	0,7	54	0,8	88	0,9	88	0,8	129	0,9	123	0,8	167	0,8	171	0,8	191	0,8	173	0,7	68	0,6	1464	0,8	
Aborto	-	-	-	-	-	-	-	247	4,1	278	4,0	375	3,9	456	3,9	473	3,4	628	3,8	708	3,6	739	3,5	894	3,6	895	3,4	364	3,1	6210	3,4	
Natimorto	-	-	-	-	-	-	-	215	3,5	295	4,2	440	4,6	574	4,9	555	4,0	619	3,8	695	3,5	661	3,1	806	3,2	740	2,8	285	2,4	6013	3,3	
Ignorado	-	-	-	-	-	-	-	252	4,2	260	3,7	359	3,8	418	3,6	545	3,9	694	4,2	748	3,8	896	4,2	975	3,9	842	3,2	401	3,4	7321	4,1	
Total	-	-	-	-	-	-	-	6072	100,0	6966	100,0	9522	100,0	11679	100,0	14009	100,0	16354	100,0	19719	100,0	21331	100,0	25009	100,0	26308	100,0	11825	100,0	180161	100,0	

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Nota: (1) Casos notificados no Sisan até 30/06/2019. (2) Dados preliminares para últimos 5 anos.

Tabela 10 - Casos notificados de sífilis congênita (número e percentual), segundo variáveis selecionadas por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2019^(1,2)

Brasil	1998-2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		Total				
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%			
Faixa etária da mãe																																			
10 a 14 anos	153	28	0,5	44	0,8	54	4,9	59	1,0	69	1,0	69	1,0	97	1,0	153	1,3	150	1,1	152	1,1	152	0,9	190	1,0	221	1,0	222	0,9	231	0,9	103	0,9	1926	0,9
15 a 19 anos	5180	970	16,3	979	17,5	1067	18,5	1312	21,6	1377	19,8	2031	29,3	3384	38,4	3328	25,2	3328	25,2	3384	25,2	3384	23,5	4675	23,7	5012	23,5	6011	24,0	6151	24,0	2636	24,3	4770	21,8
20 a 29 anos	16343	3238	54,5	2948	52,7	3052	52,9	3192	54,4	3581	51,4	4924	51,7	6077	51,5	6077	51,5	7041	50,3	8461	50,3	8461	51,7	10205	51,8	11284	52,9	13372	53,5	14009	53,6	6476	54,8	114243	52,9
30 a 39 anos	6737	1431	24,1	1276	22,8	1301	22,5	1199	19,7	1489	20,8	2387	20,4	2787	19,9	2787	20,4	2787	19,9	3878	18,2	4411	17,6	4726	18,0	4726	18,0	2098	17,7	42884	19,7	42884	19,7		
40 ou mais	867	211	3,6	193	3,4	152	2,6	163	2,7	189	2,7	220	2,3	220	2,3	250	2,1	292	2,1	309	1,9	387	2,0	418	2,0	418	2,0	461	1,8	484	1,8	207	1,8	4803	2,2
Ignorado	779	62	1,0	155	2,8	146	2,5	147	2,4	203	2,9	266	2,8	274	2,3	411	2,9	411	2,9	387	2,4	542	2,7	518	2,4	532	2,1	607	2,3	305	2,6	5334	2,5		
Total	30059	5940	100,0	5595	100,0	5772	100,0	6072	100,0	6966	100,0	9522	100,0	9522	100,0	11679	100,0	14009	100,0	16354	100,0	16354	100,0	19719	100,0	21331	100,0	25009	100,0	26308	100,0	11825	100,0	216160	100,0
Escolaridade da mãe																																			
Analfabeto	1849	299	5,0	159	2,8	153	2,7	123	2,0	148	2,1	164	1,7	164	1,7	163	1,4	161	1,1	155	0,9	155	0,9	160	0,8	145	0,7	131	0,5	144	0,5	53	0,4	4007	1,9
1 a 4ª série incompleta	9322	825	13,9	699	12,5	708	12,3	708	11,7	684	9,8	857	9,0	1037	8,9	1037	8,9	1040	7,4	1147	7,0	1077	5,5	997	4,7	1158	4,6	1102	4,2	481	4,1	21842	10,1		
4ª série completa	1	4	0,1	478	8,5	442	7,7	451	7,4	446	6,4	632	6,6	748	6,4	698	5,0	698	5,0	675	4,1	749	3,8	714	3,3	753	3,0	738	2,8	373	3,2	7902	3,7		
5 a 8ª série incompleta	6990	2195	37,0	1489	26,6	1471	25,5	1624	26,7	1832	26,3	2455	25,8	2933	25,1	2933	25,1	4138	29,3	4844	29,3	5220	24,5	5792	29,2	5836	22,2	2521	21,3	52806	24,4				
Ensino fundamental completo	3941	1118	18,8	402	7,2	455	7,9	483	8,0	567	8,1	819	8,6	993	8,5	1284	11,1	1550	11,1	2002	12,2	2581	13,1	3151	14,8	3362	13,4	3429	13,0	1562	13,2	24846	11,5		
Ensino médio incompleto	0	0	0,0	355	6,3	439	7,6	466	7,7	559	8,0	924	9,7	1171	10,0	1171	10,0	1550	11,1	1700	10,2	2581	13,1	3151	14,8	3362	13,4	3429	13,0	1562	13,2	24846	11,5		
Ensino superior completo	560	148	2,5	14	0,3	24	0,4	15	0,2	35	0,5	39	0,4	76	0,7	73	0,5	103	0,6	103	0,6	131	0,7	159	0,7	228	0,9	244	0,9	125	1,1	1974	0,9		
Ensino superior incompleto	100	0	0,0	31	0,6	23	0,4	22	0,4	32	0,5	42	0,4	88	0,6	88	0,6	93	0,6	93	0,6	106	0,5	87	0,4	124	0,5	115	0,4	48	0,4	963	0,4		
Não se aplica	7295	1342	22,6	1383	24,7	1532	26,5	1611	26,5	1973	28,3	2743	28,8	3474	29,7	4391	31,3	4834	29,6	4834	29,6	5660	28,8	5978	28,0	6468	25,9	7091	27,0	3287	27,8	59082	27,3		
Ignorado	30059	5940	100,0	5595	100,0	5772	100,0	6072	100,0	6966	100,0	9522	100,0	9522	100,0	11679	100,0	14009	100,0	16354	100,0	16354	100,0	19719	100,0	21331	100,0	25009	100,0	26308	100,0	11825	100,0	216160	100,0
Raça/cor da mãe																																			
Branca	-	-	-	1301	23,3	1259	21,8	1347	22,2	1659	23,8	2098	22,0	2604	22,3	3365	24,0	3794	23,2	4822	24,5	5266	24,7	6226	24,9	6146	23,4	6226	24,9	2346	23,4	2837	24,0	42724	23,7
Preta	-	-	-	529	9,5	735	12,7	700	11,5	757	10,9	1020	11,8	1311	11,2	1429	10,2	1703	10,4	1939	9,8	2153	10,1	2312	9,2	2346	9,2	2346	9,2	998	8,4	18032	10,0		
Amarela	-	-	-	37	0,7	26	0,5	18	0,3	18	0,3	26	0,3	26	0,3	56	0,4	56	0,4	63	0,4	63	0,4	63	0,4	71	0,3	93	0,4	94	0,4	43	0,4	660	0,4
Parda	-	-	-	2621	46,8	2957	51,2	3238	53,3	3618	51,9	5146	54,0	6374	54,6	7619	54,4	9226	56,4	10835	54,9	11785	55,2	14206	56,8	15375	58,4	16306	58,6	6930	58,6	99930	55,5		
Indígena	-	-	-	29	0,5	58	1,0	60	1,0	47	0,7	44	0,5	37	0,3	41	0,3	44	0,3	44	0,3	55	0,3	55	0,3	85	0,4	74	0,3	74	0,3	36	0,3	684	0,4
Ignorado	-	-	-	1078	19,3	737	12,8	709	11,7	867	12,4	1088	11,4	1499	10,7	1499	10,7	1524	9,3	2005	10,2	1971	9,2	2098	8,4	2273	8,6	2273	8,6	981	8,3	18131	10,1		
Total	-	-	-	5595	100,0	5772	100,0	6072	100,0	6966	100,0	9522	100,0	9522	100,0	11679	100,0	14009	100,0	16354	100,0	16354	100,0	19719	100,0	21331	100,0	25009	100,0	26308	100,0	11825	100,0	216160	100,0
Realização de pré-natal^(b)																																			
Sim	-	-	-	4295	76,8	4288	74,3	4347	71,6	5090	73,1	6988	73,4	8558	73,3	10482	74,8	12667	77,5	15484	78,5	17323	81,2	20438	81,7	21516	81,8	9865	83,4	14134	78,5				
Não	-	-	-	950	17,0	1054	18,3	1246	20,5	1368	19,6	1844	19,4	2411	20,6	2598	18,5	2745	16,8	2933	14,9	2885	13,5	3284	13,1	3512	13,3	1369	11,6	28199	15,7				
Ignorado	-	-	-	350	6,3	430	7,4	479	7,9	508	7,3	690	7,2	710	6,1	929	6,6	942	5,8	1302	6,6	1123	5,3	1287	5,1	1280	4,9	591	5,0	10621	5,9				
Total	-	-	-	5595	100,0	5772	100,0	6072	100,0	6966	100,0	9522	100,0	9522	100,0	11679	100,0	14009	100,0	16354	100,0	16354	100,0	19719	100,0	21331	100,0	25009	100,0	26308	100,0	11825	100,0	216160	100,0
Diagnóstico de sífilis materna^(a)																																			
Durante o pré-natal	-	-	-	2455	43,9	2323	40,2	2351	38,7	2890	41,5	4037	42,4	4944	42,3	6289	44,9	7911	48,4	10153	51,5	12260	57,5	14443	57,6	15144	57,6	7157	60,5	9327	51,2				
No momento do parto / curetagem	-	-	-	2170	38,8	2471	42,8	2623	43,2	2955	42,4	3910	41,1	4834	41,4	5439	38,8	5966	36,5	6838	34,7	6582	30,9	7845	31,4	8354	31,8	3543	30,0	63530	35,3				
Após o parto	-	-	-	534	9,5	654	11,3	749	12,3	785	11,3	1108	11,6	11275	10,9	1478	10,6	1664	10,2	1614	8,2	1560	7,3	1634	6,5	1471	5,6	569	4,8	15095	8,4				
Não realizado	-	-	-	67	1,2	45	0,8	41	0,7	56	0,8	53	0,6	61	0,5	98	0,7	107	0,7	120	0,6	108	0,5	151	0,6	198	0,8	91	0,8	1096	0,7				
Ignorado	-	-	-	369	6,6	279	4,8	308	5,1	280	4,0	414	4,3	565	4,8	705	5,0	706	4,3	994	5,0	706	4,3	966	3,9	1141	4,3	465	3,9	8013	4,4				
Total	-	-	-	5595	100,0	5772	100,0	6072	100,0	6966	100,0	9522	100,0	9522	100,0	11679	100,0	14009	100,0	16354	100,0	16354	100,0	19719	100,0	21331	100,0	25009	100,0	26308	100,0	11825	100,0	216160	100,0
Esquema de tratamento materno^(a)																																			
Adequado	11494	171	2,9	353	6,3	233	4,0	137	2,3	214	3,1	230	2,4	230	2,3	322	2,3	322	2,3	460	2,8	639	3,2	731	3,4	1002	4,0	1333	5,1	688	5,8	18280	8,5		

Tabela 11 - Óbitos por sífilis congênita em menores de 1 ano (número e coeficiente por 100.000 nascidos vivos), segundo UF e região de residência por ano. Brasil, 1998-2018⁽¹⁾

UF de residência	1998-2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018 ⁽²⁾		Total
	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	
Brasil	744	2,3	67	2,2	7	2,2	55	1,9	64	2,2	90	3,1	111	3,8	147	5,1	161	5,5	176	5,9	235	7,8	195	6,8	222	7,6	241	8,2	2575
Norte	65	9	2,8	7	2,2	8	2,6	10	3,3	12	3,8	12	3,8	13	4,2	21	6,7	33	10,3	33	10,3	33	18	5,9	24	7,7	27	8,6	287
Roraima	1	0	0,0	0	0,0	1	3,7	1	3,8	1	3,9	2	7,2	2	7,5	2	7,4	2	7,4	2	7,3	1	3,6	1	3,8	1	3,6	3	10,9
Acre	4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,6	1	5,6	0	0,0	1	5,9	2	11,7	3	17,7	2	12,7	1	6,1	2	12,2
Amazonas	26	2	2,6	2	2,7	3	4,0	4	5,4	4	5,4	4	5,4	4	5,4	4	5,4	4	5,4	4	5,4	4	5,4	4	5,4	4	5,4	4	5,4
Roraima	3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	8,8	0	0,0	0	0,0	1	8,5
Pará	12	5	3,3	3	2,0	1	0,7	4	2,8	4	2,8	6	4,2	6	4,2	5	3,6	12	8,6	21	14,6	19	13,2	7	5,1	9	6,5	13	9,4
Amapá	10	1	6,8	2	13,9	2	13,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	6,7	1	6,4	0	0,0	1	6,3	0	0,0	3	19,5	1	6,5
Tocantins	9	1	3,8	0	0,0	1	3,9	0	0,0	0	0,0	1	4,1	1	4,0	1	4,1	0	0,0	1	4,0	4	15,9	2	8,4	7	28,1	0	0,0
Nordeste	232	2,6	2,9	3,8	2,6	2,9	2,3	2,7	2,8	2,7	2,8	3,3	3,7	4,3	4,2	5,0	6,8	6,8	4,8	5,8	5,8	5,4	6,4	6,6	8,3	5,7	7,0	7,7	9,4
Maranhão	28	7	5,5	1	0,8	1	0,8	1	0,8	1	0,8	3	2,5	6	5,0	6	5,2	13	11,3	7	6,0	11	9,4	12	10,9	6	5,3	6	5,3
Piauí	23	0	0,0	1	1,9	2	3,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	4,0	0	0,0	1	2,2	2	4,2	2	4,1	4	8,5	8	16,5	3	6,2
Ceará	10	3	2,2	3	2,2	4	3,0	3	2,3	3	2,3	3	2,3	3	2,3	2	1,6	2	1,6	4	3,1	5	3,8	1	0,8	7	5,5	8	6,3
Rio Grande do Norte	6	0	0,0	0	0,0	1	2,0	1	2,0	1	2,0	3	6,3	3	6,2	5	10,6	1	2,1	2	4,2	2	4,1	5	11,0	5	10,8	5	10,8
Paraíba	19	0	0,0	3	5,0	1	1,6	1	1,6	1	1,7	1	1,7	3	5,1	4	7,0	5	8,8	1	1,7	1	1,7	4	7,1	1	1,7	4	7,0
Pernambuco	72	9	6,2	16	11,2	10	6,9	10	7,1	10	7,1	11	8,1	7	5,0	11	7,8	18	12,7	14	9,8	14	9,7	18	13,8	12	8,8	30	22,1
Alagoas	23	3	5,2	5	8,7	3	5,2	2	3,6	2	3,6	5	9,2	5	9,2	5	9,5	5	9,5	1	1,9	4	7,7	5	10,4	3	6,0	5	9,9
Sergipe	2	0	0,0	0	0,0	1	2,7	1	2,8	1	2,8	1	2,9	1	2,9	1	2,9	5	14,6	0	0,0	2	5,7	4	12,4	3	8,9	0	0,0
Bahia	49	4	1,8	4	1,8	3	1,4	4	1,8	4	1,8	1	0,5	7	3,3	8	3,8	6	3,0	17	8,3	13	6,3	13	6,5	12	5,9	16	7,8
Sudeste	353	2,5	2,2	2,1	1,9	1,5	1,3	2,8	2,5	2,3	2,5	4,2	3,7	4,5	3,9	7,3	6,3	6,1	5,3	6,1	5,2	11,3	9,4	7,4	6,6	10,8	9,4	10,1	8,8
Minas Gerais	28	2	0,8	2	0,8	1	0,4	5	2,0	1	0,4	5	1,9	1	0,4	1	0,4	4	1,5	6	2,2	2,3	8,6	7	2,8	22	8,4	17	6,5
Espírito Santo	18	1	1,9	1	2,0	2	3,9	1	1,9	1	0,0	2	3,8	2	3,8	5	9,5	3	5,5	7	12,4	3	5,3	3	5,6	2	3,6	5	9,0
Rio de Janeiro	270	18	8,2	14	6,5	10	4,6	17	7,8	28	13,0	31	14,1	50	22,4	40	17,9	30	12,8	66	27,9	43	19,6	63	28,2	52	23,3	732	
São Paulo	37	4	0,7	4	0,7	2	0,3	5	0,8	5	0,8	13	2,2	7	1,1	17	2,8	14	2,3	18	2,9	21	3,3	21	3,5	21	3,4	27	4,4
Sul	69	6	1,6	3	0,8	5	1,3	4	1,1	4	1,1	6	1,6	13	3,4	15	3,9	18	4,7	21	5,3	2,6	6,4	22	5,6	16	4,0	21	5,3
Paraná	24	1	0,7	2	1,4	0	0,0	1	0,7	3	2,0	4	2,6	4	2,6	7	4,5	6	3,9	8	5,0	8	5,0	5	3,2	7	4,4	6	3,8
Santa Catarina	6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,2	1	1,1	2	2,3	2	2,2	3	3,2	5	5,1	3	3,1	4	4,1	2	2,0
Rio Grande do Sul	39	5	3,5	1	0,7	5	3,7	3	2,2	3	2,2	2	1,5	8	5,8	6	4,3	10	7,1	10	7,0	13	8,8	14	9,9	5	3,5	13	9,2
Centro-Oeste	25	1	0,5	3	1,4	2	0,9	1	0,5	1	0,5	4	1,8	4	1,8	4	1,7	5	2,1	13	5,3	9	3,6	15	6,4	17	7,0	15	6,1
Mato Grosso do Sul	7	0	0,0	1	2,6	1	2,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,4	1	2,4	3	6,8	2	4,5	5	11,8	1	2,2	3	6,7
Mato Grosso	11	1	2,0	1	2,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,0	1	2,0	0	0,0	0	0,0	2	3,5	3	5,3	2	3,7	6	10,5	5	8,7
Goias	6	0	0,0	1	1,2	1	1,1	0	0,0	0	0,0	2	2,3	3	3,3	2	2,1	4	4,2	5	5,0	2	2,0	3	3,1	7	7,2	5	5,1
Distrito Federal	1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,3	1	2,3	0	0,0	1	2,3	0	0,0	3	6,7	2	4,3	5	11,5	3	6,7	2	4,5

Fonte: MS/SIS/Departamento de Análise da Situação em Saúde.

Notas: (1) Óbitos declarados no SIM até 31/12/2018. (2) Para o cálculo do coeficiente, utilizou-se o número de nascidos vivos de 2017.

Apêndice

APÊNDICE - Indicadores epidemiológicos e operacionais para o monitoramento da sífilis

INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS	CONSTRUÇÃO	UTILIDADE(S)	FONTE(S)
Taxa de detecção de sífilis adquirida	Número de casos de sífilis adquirida, em um determinado ano de diagnóstico e local de residência População total de indivíduos, residente no mesmo local, no mesmo ano	Medir o risco de ocorrência de casos novos confirmados de sífilis adquirida na população, segundo ano e local de residência	MS/SVS/Sinan/IBGE
Taxa de detecção de sífilis em gestantes	Número de casos de sífilis detectados em gestantes, em um determinado ano de diagnóstico e local de residência Número total de nascidos vivos, de mães residentes no mesmo local, no mesmo ano	Medir a frequência anual de casos de sífilis na gestação e orientar as ações de vigilância epidemiológica da doença no mesmo local de residência e ano	MS/SVS/Sinan/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc)
Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de um ano	Número de casos novos confirmados de sífilis congênita em menores de um ano de idade, em um determinado ano de diagnóstico e local de residência Número total de nascidos vivos, de mães residentes no mesmo local, no mesmo ano	Medir o risco de ocorrência de casos novos de sífilis congênita por transmissão vertical do <i>Treponema pallidum</i> no mesmo local de residência e ano	MS/SVS/Sinan/Sinasc
Coefficiente de mortalidade infantil específica por sífilis congênita	Número de óbitos por sífilis congênita em menores de 1 ano (causa básica) em determinado ano e local de residência Número de nascidos vivos, de mães residentes no mesmo local, no mesmo ano	Medir o risco de óbito em crianças em consequência da sífilis congênita no mesmo local de residência e ano	MS/SVS/SIM/Sinasc

Fonte: DCCI/SVS/MS.

Anexo

Nota Informativa nº 2, de 19 de setembro de 2017

ALTERA OS CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DE CASOS PARA NOTIFICAÇÃO DE SÍFILIS ADQUIRIDA, SÍFILIS EM GESTANTES E SÍFILIS CONGÊNITA DO GUIA DE VIGILÂNCIA DA SVS/2017



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis,
do HIV/Aids e das Hepatites Virais
SRTVN Quadra 701, Lote D, Edifício PO700 – 5º andar
CEP: 70719-040 – Brasília/DF
TEL: (61) 3315-7737 – 7738 - 7739

NOTA INFORMATIVA nº 2-SEI/2017-DIAHV/SVS/MS

Altera os Critérios de Definição de Casos para notificação de Sífilis Adquirida, Sífilis em Gestantes e Sífilis Congênita do Guia de Vigilância da SVS/2017

1. INTRODUÇÃO

A Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos em saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional inclui a notificação semanal de sífilis adquirida, sífilis em gestante e sífilis congênita, conforme Portaria vigente do Ministério da Saúde.

A notificação compulsória é obrigatória para os médicos, outros profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, que prestam assistência ao paciente, em conformidade com o art. 8º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

Diante da necessidade de diminuir a subnotificação dos casos de sífilis em gestantes, define-se que todos os casos de mulheres diagnosticadas com sífilis durante o **pré-natal, parto e/ou puerpério** devem ser notificados como **sífilis em gestantes** e não como sífilis adquirida.

Para adequar a sensibilidade da vigilância e **atualizar a definição dos casos de sífilis congênita** em consonância com a Organização Pan-Americana da Saúde⁴ e da Organização Mundial da Saúde⁵, deve ser avaliada a história clínico-epidemiológica da mãe e/ou os critérios clínicos e laboratoriais da criança exposta, deixando de ser considerado, para fins de notificação desses casos, o tratamento da parceria sexual da mãe.

Além disso, considera-se a necessidade de divulgar a definição de caso de sífilis adquirida e reforçar a importância da notificação dos casos.

Destaca-se que o Sistema Único de Saúde (SUS) possui testes não treponêmicos (VDRL, RPR, TRUST e USR) e testes treponêmicos para sífilis (teste rápido, FTA-ABS, ELISA, EQL, TPHA, TPPA, MHA-TP) incorporados na sua lista de procedimentos, e que o Ministério da Saúde adquire e fornece testes rápidos para sífilis aos serviços de saúde.

4 OMS (Organización Mundial de la Salud). Orientaciones mundiales sobre los criterios y procesos para la validación de la eliminación de la transmisión materno-infantil del VIH y la sífilis. Ginebra: OMS, 2015.

5 PAHO (Pan American Health Organization). Elimination of mother-to-child transmission of HIV and syphilis in the Americas. Update 2016. Washington, D.C.: PAHO, 2017 .

2. RECOMENDAÇÕES

2.1. Das definições de casos

Diante do exposto, o Departamento de Vigilância Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis do HIV/ Aids e das Hepatites Virais, da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde atualiza os critérios de definição de casos de Sífilis Adquirida, Sífilis em Gestantes e Sífilis Congênita:

SÍFILIS ADQUIRIDA

Situação 1

Indivíduo assintomático, com teste não treponêmico reagente com qualquer titulação e teste treponêmico reagente.

Situação 2

Indivíduo sintomático para sífilis, com pelo menos um teste reagente - treponêmico ou não treponêmico com qualquer titulação.

^a Para mais informações sobre a sintomatologia da sífilis, consultar o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis, disponível em www.aids.gov.br/pcdt.

SÍFILIS EM GESTANTES

Situação 1

Mulher assintomática para sífilis, que durante **o pré-natal, o parto e/ou o puerpério** apresente pelo menos **um teste reagente** - treponêmico ou não treponêmico com qualquer titulação – **e sem registro de tratamento prévio**.

Situação 2

Mulher sintomática^b para sífilis, que durante o **pré-natal, o parto e/ou o puerpério** e apresente pelo menos um teste reagente - treponêmico **OU** não treponêmico com qualquer titulação.

^b Para mais informações sobre a sintomatologia da sífilis, consultar o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis, disponível em www.aids.gov.br/pcdt.

Situação 3

Mulher que durante o **pré-natal, o parto e/ou o puerpério** apresente teste não treponêmico reagente com qualquer titulação **E** teste treponêmico reagente, **independente de sintomatologia** da sífilis **e de tratamento prévio**.

SÍFILIS CONGÊNITA

Situação 1

Todo recém-nascido, natimorto ou aborto de mulher com sífilis^c não tratada ou tratada de forma não adequada^{d,e}.

^c Ver definição de sífilis em gestante (situações 1, 2 ou 3)

^d Tratamento adequado: Tratamento completo para estágio clínico da sífilis com penicilina benzatina, e INICIADO até 30 dias antes do parto. Gestantes que não se enquadrarem nesses critérios serão consideradas como tratadas de forma não adequada.

^e Para fins de notificação de caso de sífilis congênita, não se considera o tratamento da parceria sexual da mãe.

Situação 2f

Toda criança com menos de 13 anos de idade com pelo menos uma das seguintes situações:

- Alteração clínica, líquórica ou radiológica de sífilis congênita E teste não treponêmico reagente;
- Títulos de teste não treponêmicos do lactente maiores do que os da mãe, em pelo menos duas diluições de amostras de sangue periférico, coletadas simultaneamente;
- Títulos de testes não treponêmicos ascendentes em pelo menos duas diluições;
- Títulos de testes não treponêmicos ainda reagentes após 6 meses de idade, exceto em situação de seguimento terapêutico;
- Testes treponêmicos reagentes após 18 meses de idade sem diagnóstico prévio de sífilis congênita.

^f Nesta situação, deve ser sempre afastada a possibilidade de sífilis adquirida.

Situação 3

Evidência microbiológica^g de infecção pelo *Treponema pallidum* em amostra de secreção nasal ou lesão cutânea, biópsia ou necrópsia de criança, aborto ou natimorto.

^g Detecção do *Treponema pallidum* por meio de exames diretos por microscopia (de campo escuro ou com material corado).

2.2. Do preenchimento das fichas de notificação

Para **notificação dos casos de sífilis adquirida**, deve ser utilizada a ficha de notificação individual do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), que contém atributos comuns a todos os agravos.

As fichas de notificação/investigação dos casos de sífilis em gestantes e sífilis congênita continuarão sendo as mesmas vigentes do Sinan até a atualização das novas fichas no sistema.

Ressalta-se que, **na ficha de notificação/investigação de sífilis em gestante**, para o preenchimento dos campos 37 a 40, referentes aos resultados dos exames, devem ser consideradas as informações do pré-natal, parto e/ou puerpério. Todos os casos de mulheres diagnosticadas com sífilis durante o pré-natal, parto e/ou puerpério devem ser notificados como sífilis em gestantes e não notificadas como sífilis adquirida.

Quanto à ficha de **notificação/investigação de sífilis congênita**, a nova definição de caso considera como tratamento adequado - o tratamento completo para estágio clínico da sífilis, com penicilina benzatina, e iniciado até 30 dias antes do parto-, desconsiderando a informação do tratamento concomitante da parceria sexual das gestantes. Portanto, para não gerar inconsistência no Sinan, torna-se provisória a inserção da informação **"1-SIM"** no **campo 46** (parceiro tratado concomitantemente com a gestante), independente da informação coletada.

Brasília, 19 de setembro de 2017

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
www.saude.gov.br/bvs



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



GOVERNO FEDERAL